



Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

**ATA DA 6ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE POLÍTICA
CULTURAL - CNPC**

Brasília (DF), 16 e 17 de Junho de 2009
Local: Carlton Hotel - Salão de Reunião Carlton

Congresso Nacional - Auditório TV Câmara

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC REALIZADA NOS DIAS 16, 17 DE JUNHO
DE 2009.

1Ao décimo sexto dia do mês de junho de dois mil e nove, às nove
2horas nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, no Carlton Hotel,
3situado nesta capital, sob a presidência do Sr. **Gustavo Vidigal**
4(Coordenador-Geral do CNPC) na presença dos (as) Senhores (as):
5**Aldenir Paraguassu** (Ministério Meio Ambiente), **Alfredo Manevy**
6(Secretário-Executivo - MinC), **Alice Viveiros de Castro** (Circo),
7**Álvaro Santi** (Musica Erudita), **Ana Terra** (FUNARTE), **Antônio**
8**Lambertucci** (Secretário-Executivo - SGPR), **Bruno Monteiro** (Artes
9Visuais), **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura),
10**Daniel Sant'Ana** (Fórum Nacional de Secretários Estaduais), **Du**
11**Oliveira** (Música Popular), **Dulce Lamego Silva** (Dança), **Fernando**
12**Rossetti** (Grupos de Fundos, Institutos e Empresas), **Francisco**
13**Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais),
14**Genival de Oliveira Gonçalves - GOG** (Indicação do Ministro),
15**Ildeu de Castro Moreira** (Ministério Ciência e Tecnologia), **Ignácio**
16**Arruda** (Comissão de Educação do Senado Federal), **Isabel Costa**
17(Casa Civil), **José Almino de Alencar** (Ministério da Cultura),
18**Juliana de Melo Borges** (Ministério da Saúde); **Maria das Graças**
19**de Castro** (Livro e Leitura), **Maurício Fernando Pestana** (Culturas
20Afro-Brasileiras), **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades
21Culturais), **Mário Noberto Baibich** (Indicação do Ministro), **Mário**
22**Olímpio Filho** (Frente Nacional dos Prefeitos), **Olga Lopez de**
23**Ibanez Novion** (Ministério do Planejamento), **Oséas Borba Neto**
24(Teatro), **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e
25Dirigentes Estaduais), **Patrícia Canetti** (Artes Digitais), **Paula**
26**Simon Ribeiro** (Culturas Populares), **Paulo Knauss** (Arquivos),
27**Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial), **Roberto**

28 **Nascimento** (Ministério da Cultura), Sr. **Roque Laraia** (Entidades
29 de Pesquisas), **Sandra Verônica Cureau** (Ministério Público
30 Federal), **Silvana Meireles** (Secretária/SAI), **Solange Lima**
31 (Audiovisual), **Victorino Chermont de Miranda** (Instituto Histórico
32 Geográfico Brasileiro), **Zulu Araújo** (Ministério da Cultura). Teve
33 início a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural
34 – CNPC, coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Coordenador
35 Geral do CNPC), do Ministério da Cultura, destinado a apreciar a
36 seguinte pauta: **Pauta do dia 16/06/09 – Item 1)** Abertura da
37 Sessão; **Item 2)** Painel: “Ações Participação Social”; **Item 3)** Ordem
38 do Dia; **Item 4)** Painel: “Lei Rouanet”; **Item 5)** Painel: “Sistema de
39 Cultura”. **Item 1) Abertura da Sessão:** O Sr. **Gustavo Vidigal**
40 (Coordenador-Geral do CNPC) cumprimentou os conselheiros e
41 destacou a presença do Sr. **Antônio Lambertucci**, Ministro Interino
42 da Secretaria-Geral da Presidência da República, e do Sr. **Alfredo**
43 **Manevy**, que estaria também como Ministro Interino, em virtude do
44 Exmo. Ministro da Cultura Sr. **Juca Ferreira** estar em São Paulo
45 naquele momento. Na continuidade, o Sr. **Gustavo Vidigal** informou
46 a todos que a pauta da reunião era extensa e informou que no dia
47 seguinte haveria uma agenda cheia para discutir a presença da
48 Cultura no Congresso Nacional, e que, portanto eles teriam uma
49 grande atividade na manhã seguinte; informou que entre as
50 atribuições dos conselheiros teriam também a assinatura de um
51 Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da
52 Ciência e Tecnologia. Na continuidade, concedeu a palavra ao Sr.
53 **Alfredo Manevy** que, por sua vez, cumprimentou a todos os
54 conselheiros e saudou em especial o Secretário Executivo da
55 Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Antônio
56 Lambertucci, que representava naquele momento o Ministro Luiz
57 Soares Dulci; Comentou que, por meio das visitas de ministros de
58 estado, o Ministério da Cultura tem tido a oportunidade de
59 acompanhar a integração das diversas políticas públicas com as

60políticas culturais, permitindo as interseções e as inter-relações
61estratégicas; Colocou que aquele era um momento muito importante
62da Cultura Brasileira, onde nunca havia sido discutida a política
63cultural como nos últimos meses, segundo ele, devido ao debate da
64Lei Rouanet, em função da mobilização do ano da PEC 150, do vale
65cultura, do Plano Nacional de Cultura e uma série de agendas
66estratégicas as quais confluíam para transformar este ano em um
67ano estratégico para a cultura brasileira, no ano da Cultura no
68Congresso Nacional; Colocou também que o Sistema Nacional de
69Cultura que seria apresentado teria a ver também com a pauta
70estratégica; Salientou que um dos projetos que tramita no Congresso
71Nacional diz respeito ao Sistema Nacional de Cultura, e lembrou
72ainda que nunca se debateu tanto política cultural nos jornais, na
73imprensa, nos editoriais, e a discussão ganhou uma abrangência
74muito positiva para que a Cultura consolide o seu espaço novo na
75agenda política do país; Frisou que o debate da Lei Rouanet tem
76sendo muito positivo, pois estaria ganhando mais intensidade e que a
77Consulta Pública foi um sucesso absoluto, chegaram mais de duas mil
78contribuições de todo o país para a Consulta Pública, de todos os
79Estados e dessas duas mil contribuições, mais de oitocentas para o
80Fundo Nacional de Cultura, pedindo um Fundo equipado, moderno,
81contemporâneo, capaz de dar conta da demanda cultural do país e
82propondo mecanismos para isso; Ressaltou que o Projeto Pós-
83Consulta Pública será ainda melhor do que a proposta colocada no
84site, ou seja, segundo ele, haverá um ganho de toda essa discussão,
85mas sem dúvida nenhuma, ganhando nas premissas fundamentais;
86Salientou que seria necessário aprimorar o mecanismo de
87financiamento à Cultura, e que os números de exclusão da atual
88legislação eram claros e mostrava uma concentração de setores da
89cultura e de territórios do país, concentração em intermediários,
90áreas e agentes que não são nem da produção cultural e nem
91artistas, que levam em torno de 20 a 30% do recurso total, ou seja,

92um desperdício por um lado e uma concentração por outro, e que isso
93era um ponto positivo, haviam colocado recursos importantes na
94cultura ao longo desses anos. Segundo ele, a diversidade regional e
95cultural não estava reproduzida no diagnóstico que fundamentou a
96Consulta Pública, que é a reforma da legislação. Ressaltou que
97estavam discutindo atualmente os critérios, uma discussão que há
98dois anos não era possível, e que hoje o que é discutido na imprensa
99é muito bom; Observou que em um evento realizado em São Paulo,
100onde o Ministro Juca Ferreira apresentou novamente a proposta, foi
101extremamente importante, pois receberam o apoio de várias
102instituições fundamentais da República, como o TCU, a ONG
103Transparência Brasil, o Ministro de Estado da Educação,
104Universidades Brasileiras, a UNICAMP, a Universidade de São Paulo,
105trazendo o apoio e manifestando a necessidade da reforma, dessa
106republicação no momento em que a Cultura passaria a ser tratada
107como direito, passaria a ser tratada como direito universal, passaria a
108ser tratada como direito básico da população, portanto, era preciso
109ter uma legislação a altura disso; Colocou que a renúncia fiscal tem
110que ser um mecanismo complementar, que pode cumprir um papel
111secundário, que dá conta de alguns tipos de projetos e
112equipamentos; Exemplificou que foi isso que aconteceu nesses anos
113todos, que a renúncia fiscal tem 80% do recurso da Cultura e o Fundo
114Nacional da Cultura tem 20%; Explicou ainda que a renúncia fiscal
115não tem restrição nenhuma ao gasto e a relação recurso público,
116empresa, entidade e o mundo do Fundo Nacional de Cultura é
117burocrático, é engessado e exigem contrapartidas excessivas das
118entidades, então seria um paradoxo que gerou um desequilíbrio muito
119grande e um sentimento de exclusão em todo o Brasil. Salientou que
120a maior parte da população e dos produtores de artistas nunca viram
121parte desse recurso, então naturalmente o apoio era muito grande e
122há necessidade de uma reforma, de um aprimoramento e a Consulta
123revelou isso; Informou a todos que naquele momento havia

124começado uma Audiência Pública sobre o Fundo do Livro e da Leitura
125e que esse Fundo foi um acordo feito com o setor livreiro que teve a
126sua cadeia produtiva desonerada em 2004; explicou que o Ministro
127Palocci desonerou a cadeia do livro junto com o Presidente Sarney e
128as contrapartidas que foram acordadas, na época não houve
129consenso em torno delas, pois o preço do livro deveria abaixar para
130permitir o acesso maior da população ao livro, os preços eram
131proibitivos para maior parte da população e a contribuição de 1%
132muito menor do que a desoneração que foi recebida para o Fundo do
133Livro e da Leitura, para políticas públicas, formação de leitores,
134formação de bibliotecas que seria gerido por estado e setor privado
135no comitê gestor; Elucidou sua preocupação e informou que iria ao
136Congresso Nacional justamente para encontrar com entidades do
137setor livreiro, porque segundo ele, seria uma sinalização de recuo do
138setor, dizendo que não tinham condições de diminuir o preço do livro
139e nem de contribuir para o Fundo de Livro e Leitura e isso, para ele,
140era inaceitável; afirmou que voltaria à reunião após o seu
141compromisso no Congresso e despediu-se de todos. O Sr. **Gustavo**
142**Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) saudou o Senador Inácio
143Arruda, que estava presente no evento representando o Congresso
144Nacional e em seguida passou a palavra para o Sr. **Antônio**
145**Lambertucci**, Ministro Interino da Secretaria-Geral da Presidência da
146República. **Item 2) Painele "Ações Participação Social"**: O Sr.
147**Antônio Lambertucci** (SE/SGPR) cumprimentou a todos os
148presentes na reunião e agradeceu a oportunidade da Secretaria-Geral
149poder participar de uma importante reunião e falar sobre a
150participação social no Governo Lula; Agradeceu também em nome do
151Ministro Luiz Dulci que no presente momento estava em viagem
152internacional acompanhando o Presidente Lula e não poderia
153comparecer à reunião. Na continuidade, informou que o diálogo social
154tem sido tratado como um verdadeiro método de governo, um
155método de gestão pública nesses anos, tendo em vista que esse

156 método de governo contribuiu imensamente para o fortalecimento da
157 democracia no Brasil; Declarou que a democracia representativa no
158 Brasil é bastante consolidada hoje, sobretudo depois da Constituição
159 de 1988 e que as instituições representativas brasileiras funcionam
160 regularmente, de forma transparente e ampla; colocou que as
161 eleições universais no Brasil são até modelos para diversos países no
162 mundo e a democracia participativa; colocou também que a
163 democracia brasileira vem se fortalecendo justamente porque nós
164 temos hoje um arcabouço legal que assegura a representação do
165 povo brasileiro, através de suas casas parlamentares e também das
166 eleições diretas para o Executivo; Ele ressaltou que o fortalecimento
167 da democracia e da participação social no Brasil é extremamente
168 evidente e que o Conselho Nacional de Política Cultural seria um
169 produto desse novo momento pelo qual o país passa. Lembrou que
170 nos últimos sete anos foram realizadas 54 Conferências Nacionais no
171 Brasil e cerca de quatro milhões de pessoas participaram dessas
172 conferências em todas as suas etapas; Explicou que há conferências
173 que têm etapas estaduais, outras conferências têm etapas
174 municipais, como é o caso da 1ª Conferência Nacional da Juventude
175 realizada no ano passado; Tem também as conferências livres que
176 são aquelas etapas em que não há eleições de delegados, são como
177 discussões, as consolidações das demandas sociais que acontecem
178 nesses espaços e são encaminhadas ao processo formal da
179 conferência, são assimilados pelo relatório nacional da conferência.
180 Ele ressaltou que foi possível realizar conferências livres em escolas
181 públicas, em presídios e que a maior parte da população carcerária
182 brasileira está nessa faixa que é considerada juventude,
183 principalmente nas faixas em que o Governo Federal trabalha as suas
184 políticas públicas, que é de 18 a 29 anos, a faixa do Pró-Jovem; disse
185 ainda que o Pró-jovem tem essa política de inclusão de jovens e
186 abordou, inclusive, que foi lançado este ano um plano, um Pró-Jovem
187 para a população carcerária começando em alguns estados, e que o

188Rio de Janeiro seria o primeiro. O Sr. Lambertucci declarou que neste
189ano estão previstas mais treze Conferências Nacionais e que uma
190delas é nova, que é a 1ª Conferência das Comunicações, uma
191conferência onde houve grande anseio popular pela sua realização e
192estaria prevista para dezembro deste ano; informou que as etapas
193estaduais e municipais iniciarão brevemente; relatou que algumas
194conferências já estão na sua 3ª edição e no caso da saúde, que é a
195Conferência mais antiga já está na 13ª edição, portanto, muitas
196conferências já não se traduzem mais pela elaboração de políticas
197públicas, mas também pela avaliação da forma como essas políticas
198públicas são assimiladas pelo estado brasileiro se transformando de
199fato em políticas de estado; Salientou ainda que a Conferência
200Nacional de Cultura, que foi realizada em 2006, teve como objetivo
201construir um novo modelo de políticas públicas de Cultura no Brasil, a
202constituição do Plano Nacional de Cultura e o aperfeiçoamento desse
203plano; Informou que o Governo Lula criou três novos Conselhos no
204Brasil, uma forma mais institucionalizada e mais permanente de
205participação social e que tem esse importante papel; Disse também
206que esses Conselhos são parte de uma política de priorização de
207setores sociais que, a seu ver, até então estavam totalmente
208secundarizados na vida e na elaboração de políticas públicas, na
209relação do estado com a sociedade civil brasileira, políticas tais como
210a política da juventude, pois foi criado o Conselho da Juventude, a
211política para os negros e para as mulheres foram criadas Secretarias
212Especiais, como a Promoção da Política da Igualdade Racial que
213também foi realizada a Conferência; Expôs que foi constituído pelo
214Governo Lula a Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres
215e foi também fortalecida a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e
216todos esses setores que até então não tinham políticas públicas
217específicas tiveram então Conferências realizadas que redundaram
218muitas vezes em importantes políticas públicas; Colocou ainda que
219além dessa ação específica, direta e abrangente, outras políticas

220públicas e ações abrangentes também foram constituídas, por
221exemplo, a Secretaria-Geral da Presidência da República foi
222constituída e reconstituída especificamente para tratar da
223interlocução do Governo Federal na sociedade civil e segundo ele, não
224era esse o papel que a Secretaria-Geral tinha até o advento do
225Governo Lula, era outro papel, era uma relação e não existia um
226Ministério com essa finalidade específica de constituir essa
227interlocução, de fortalecê-la, de fomentar esse tipo de política nos
228diversos Ministérios e órgãos do Governo Federal. Na sequência, ele
229afirmou que hoje em dia pode-se dizer que no Governo Federal, nos
230Estados Brasileiros e talvez em todos os Ministérios, possuam algum
231órgão colegiado em que haja participação social, alguns mais e outros
232menos; Ressaltou também que foram contabilizados 132 órgãos
233colegiados em uma pesquisa feita pela Secretaria-Geral de todos os
234órgãos do Governo Federal, e que alguns Ministérios têm três ou
235quatro Conselhos, Comissões, Colegiados, Fóruns e várias formas em
236que a sociedade civil se expressa em relação às suas demandas e na
237relação com o Governo Federal; Colocou que, além disso, há
238iniciativas que tem sido incrementada e tem sido incentivada pelo
239Presidente Lula que dizem respeito também a essa interlocução e que
240são as chamadas mesas de diálogos. Elucidou que as mesas de
241diálogos são espaços de participação em que o Governo Federal se
242reúne com a sociedade civil para tratar de temas mais específicos;
243Referenciou que o Presidente Lula faz questão de manter sempre um
244diálogo com as lideranças de movimentos populares, nos locais onde
245ele visita e que sempre há um espaço para esse diálogo acontecer.
246Colocou que com o passar do tempo certamente a participação social
247e a incorporação da opinião pública na vida cotidiana passará a se
248constituir como uma verdadeira cultura democrática brasileira;
249Finalizou sua explanação agradecendo a todos pela paciência e
250colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos. O
251Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) abriu as

252inscrições e informou que a idéia inicial era justamente a mesma do
253Sr. Lambertucci, de apresentar no Plenário do Conselho, onde todos
254os segmentos da Cultura estão representados, não só o trabalho que
255a Secretaria-Geral vem fazendo, mas as ações que o Governo Lula
256tem feito para fortalecer a participação social nessa gestão; Colocou
257que era importante também lembrar que o estado brasileiro não tem
258um histórico favorável de interlocução com a sociedade e que o
259esforço que a Secretaria-Geral e o Governo vinham fazendo de modo
260geral era fundamental para democratizar o aparato institucional e
261também para ajudar a consolidar uma nova institucionalidade para a
262participação social em todos os âmbitos; Relatou que a Cultura está
263se organizando e que já possuem no Plenário 52 membros e já
264estariam incluindo novos segmentos; Disse também que já na
265próxima reunião, na assinatura do Decreto Presidencial, terão novos
266conselheiros presentes no Plenário e estarão recebendo demandas de
267outros segmentos que estão querendo organizar-se e participar da
268vida política do Conselho Nacional. O Sr. **Gustavo Vidigal** passou a
269palavra ao Senador, Sr. **Inácio Arruda** (Comissão de Educação do
270Senado Federal), que se apresentou e iniciou a sua participação
271lembrando que logo após a Constituinte, tiveram a Conferência
272Nacional da Saúde e foi criado o Sistema Único de Saúde e o
273Conselho Nacional de Saúde; Relatou que esse instrumento de
274Conselho e de Sistema Único de Saúde funcionou como uma espécie
275de contraponto ao que havia sido modificado, que era a política
276econômica no mundo, chamada neoliberal; Salientou que era uma
277verdadeira contramão, existir o Sistema Único de Saúde e o Conselho
278de Saúde, reunindo todos os agentes do setor para discutir a política
279de saúde no Brasil, que era uma questão chave, básica para todos;
280Disse que Educação, Saúde e Cultura estão muito próximas, e que,
281portanto, essa busca de consolidar instrumentos democráticos e
282participação da sociedade atraindo setores secularmente fora desse
283sistema para participar de um sistema de Cultura não era fácil;

284Esclareceu que fazer uma Conferência Nacional de Comunicação é
285uma conquista e talvez a maior conquista democrática pós-fim do
286regime militar, porque ter 90% de tudo que é publicado no Brasil, de
287tudo que é lido, nas mãos de cinco famílias, não é simples, e nem
288fácil, portanto, essa é uma das maiores conquistas que estamos
289alcançando; Ressaltou que considerava de extrema importância a
290Cultura se entrelaçar com a Conferência Nacional de Comunicação.
291Após sua deliberação, o Sr. Inácio Arruda solicitou novamente que
292entrelaçassem a Cultura com a Conferência Nacional de
293Comunicação, que os conselheiros se debrucem sobre a Conferência
294porque, para ele, é uma das grandes conquistas desse período da
295democracia. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC)
296anuiu às palavras do Sr. **Inácio Arruda**, e colocou que o tema
297perpassava muito do que eles haviam discutido, inclusive, das pautas
298de trabalho que eles vinham realizando, portanto, caberia uma
299sensibilização com relação à Conferência; na sequência passou a
300palavra a Sra. **Alice Viveiros de Castro** (Circo), que colocou que
301estavam vivendo nesse Conselho um momento bastante delicado,
302porque estavam na verdade entrando no processo final do mandato
303de uma série de conselheiros, especialmente dos conselheiros da
304sociedade civil que foram tirados pelos seus Colegiados; Ressaltou
305que apesar do Conselho ter aprovado uma Moção desse assunto e ter
306sido discutido fortemente, para ela, o que se vê é um total
307desconhecimento da existência do Conselho, da existência dos
308Colegiados, um desrespeito absoluto pelas diversas formas de
309organizações que são feitas; Salientou que sabe que não se pode
310comparar a um Conselho Nacional de Saúde, pois o CNPC ainda tem
311uma experiência pequena, mas essas experiências de diversos
312Conselhos podem ajudar a avançar em questões que são urgentes;
313Expressou a sua preocupação com o fato de o Conselho estar na
314iminência de perder alguns de seus integrantes por término de
315mandato; Comentou estar enfrentando uma grande luta para fazer a

316sociedade brasileira entender o que significa a atividade circense;
317Alertou que as divergências entre os órgãos do governo, a Câmara e
318o Senado estão acabando com uma atividade milenar internacional,
319que é o circo, tratado na Comissão de Educação e Cultura como uma
320atividade criminosa, torturadora de animais, sem levar em
321consideração os argumentos apresentados; Informou que a Comissão
322tomou como base um argumento comprovadamente errado, de que
323no mundo inteiro os circos estão deixando de utilizar animais;
324Esclareceu que, na verdade, apenas o Sri Lanka e a Bolívia
325estabeleceram proibições, porém os demais países estão criando
326regulamentos que protejam os animais, o público e a atividade
327circense; Ressaltou a importância da conferência sobre comunicação,
328pois nessa área há o domínio absoluto de alguns grupos e citou como
329exemplo uma matéria sobre maus tratos de animais levada ao ar pelo
330Programa Fantástico, da TV Globo, e salientou que embora a matéria
331fosse comprovadamente forjada, não foi dada a oportunidade para
332que se manifestassem; Enfatizou que essa matéria levou a população
333a posicionar-se contrária à presença de animais em circos,
334prejudicando profissionais de uma atividade regulamentada que não
335tiveram oportunidade de se pronunciar; Alertou que a cultura precisa
336participar da conferência de comunicação, em razão de situações
337como direitos autorais, regionalização da televisão e direito de
338resposta. A Sra. **Sandra Verônica Cureau** (Ministério Público
339Federal) ratificou as palavras da Sra. Alice Viveiros no que diz
340respeito à dificuldade de se enfrentar grandes empresas de
341comunicação, pois, em virtude do poder de divulgação, é sempre
342prejudicial tê-las contra si; Enfatizou também o fato de essas
343empresas publicarem somente o que lhes interessa, e raramente
344permitirem direito de resposta; Alertou que há necessidade de
345integração do Ministério da Cultura com o Ministério de Minas e
346Energia para que, quando ocorra um deslocamento de grupos sociais,
347seja conduzido em bloco e para um local compatível com o modo de

348vida ao qual estavam habituados, para que não se perca a sua
349cultura, e nem passem a constituir um contingente de pessoas
350miseráveis e desempregadas habitando a periferia das grandes
351cidades. A Sra. **Dulce Lamego** (Dança) comentou ter havido, desde
352a época em que o ministro da cultura era o Sr. Gilberto Gil, a
353tentativa de se modificar a Lei Rouanet, mas que sofreu fortes
354reações de grupos poderosos que impediram qualquer alteração;
355Comentou que hoje, em virtude do contínuo esforço do Governo Lula,
356de ampliar a participação da sociedade na gestão pública, foi criado
357um novo clima para a condução desse assunto; Disse que, embora
358estivesse representando a dança no Conselho, é professora da
359Universidade Federal da Bahia e constatou uma revolução nas
360universidades brasileiras, pois na universidade em que leciona 50%
361são alunos oriundos de escola pública, enquanto há quatro anos esse
362percentual era de apenas 5%; Ressaltou que em uma cidade na qual
36380% dos habitantes são da raça negra, durante quase duzentos anos
364apenas 15% dos alunos em universidades públicas eram negros;
365Informou que, atualmente, 75% dos alunos da Universidade Federal
366da Bahia são da raça negra; Ressaltou ser esse um dado
367importantíssimo no que diz respeito às políticas afirmativas, pois os
368primeiros alunos favorecidos pelo regime de cotas começam a se
369formar agora; Destacou que esse resultado é extraordinário, pois
370mostra um baixíssimo índice de abandono, o que provocaria uma
371mudança na ascensão social dessas pessoas, e provaria a eficiência
372da política de cotas. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) ressaltou
373que um dos grandes méritos da política social do Governo Lula é o
374fortalecimento da cidadania e que, com relação à Lei Rouanet, pela
375primeira vez estão pensando em uma lei com uma descentralização
376bem ampla no país; Mostrou-se desapontada por saber que o
377audiovisual não está incluído na Lei Rouanet, mas disse que isso não
378invalidaria os benefícios que alcançam o país como um todo; Apoiou a
379Sra. Alice Viveiros quanto ao problema do circo, pois entende que é

380necessária uma regulamentação que proteja os animais, e não a
381retirada intempestiva, que romperia uma antiga tradição. O Sr.
382**César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) aproveitou a
383presença do ministro interino Antônio Lambertucci para externar a
384sua preocupação quanto à TV pública, pois, conforme comentou o
385Senador Inácio Arruda, quando abordou o tema da comunicação, os
386conselhos exercem papel muito importante nesses debates; Enfatizou
387ainda que gostaria que o Ministro se manifestasse sobre o processo
388da implantação da TV pública no Brasil, sobretudo a respeito da
389formação de seu próprio conselho, abrangendo a experiência da
390Empresa Brasileira de Comunicação e a implantação da TV Brasil. O
391Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos) informou que gostaria de abordar dois
392pontos que não diziam respeito diretamente ao Ministério da Cultura,
393mas que o preocupava; Comentou que o fato de poderem constatar
394avanços nas universidades públicas, tanto federais quanto estaduais,
395era preciso chamar atenção para um processo em andamento no
396Brasil, o de aquisição de universidades privadas por grupos
397canadenses, norte-americanos e de outras nacionalidades, com
398conteúdos ideológicos muito claros, enfatizando o criacionismo e
399negando a teoria de Darwin; Informou que esse processo estava
400ocorrendo também na área editorial brasileira, na qual havia um
401grande movimento de aquisição de companhias editoras nacionais por
402parte de grupos estrangeiros, segundo ele, particularmente
403espanhóis, privilegiando autores de seu interesse em detrimento de
404autores brasileiros que não podem ser considerados "best-sellers";
405Comentou também que esses dois processos podem ser considerados
406como dominação cultural no Brasil, e requerem um posicionamento;
407Ressaltou que, conforme já foi abordado, esse processo também
408ocorre nas comunicações, pois não basta a exigência de o dono da
409estação ser brasileiro nato, uma vez que o conteúdo apresentado é
410cada vez mais de interesse estrangeiro; Disse que é preciso chamar a
411atenção para o fato de as universidades privadas responderem por

412cerca de 70% das ofertas de vagas no Brasil, particularmente com o
413avanço do sistema de educação à distância, no qual as estrangeiras
414estão mais avançadas e assim alcançam uma influência ainda maior.
415A Sra. **Dulce Lamego** (Dança) comentou que é muito sério o
416problema apresentado pelo Sr. Paulo Knauss e lembrou ainda que no
417governo anterior houve um movimento de quase extinção das
418universidades públicas, que sofreram ameaça de aquisição por parte
419de entidades privadas; Comentou que a influência das universidades
420estrangeiras pode ser benéfica no que diz respeito à divulgação de
421novas tecnologias, mas que não deveria interferir na educação. Na
422sequência, o Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos) mencionou que foi criado
423no Brasil um modelo de universidade privada muito diferente do
424estabelecido em países desenvolvidos; Comentou que as
425universidades americanas são privadas no sentido não-estatal, mas
426que não são Sociedades Anônimas em busca de lucro, como ocorre
427no Brasil; Enfatizou ainda que os conselhos diretores das
428universidades americanas são constituídos por pessoas com
429propósitos educacionais e que, embora recebam recursos de
430entidades privadas, essas universidades não têm o propósito de
431produzir lucro. O Sr. **Maurício Fernando Pestana** (Culturas Afro-
432Brasileiras) comentou que gostaria de complementar o que disse o
433Sr. Antônio Lambertucci e enfatizou que neste governo houve
434avanços no aumento da participação de indivíduos da raça negra no
435governo federal; Lembrou que no governo anterior havia apenas o
436Pelé, como ministro do esporte, enquanto no Governo Lula já tiveram
437o Ministro Gilberto Gil, no Ministério da Cultura e a Ministra Marina
438Silva, no Ministério do Meio Ambiente; Frisou também que temos o
439Ministro Orlando Silva e a indicação de Joaquim Barbosa para o STF;
440Considerou essa situação um exemplo, pois nunca houve uma
441participação tão grande e tão efetiva de negros no governo;
442Comentou que em São Paulo, sua cidade natal, o governador não tem
443sequer um secretário negro e lembrou que muitas vezes a raça negra

444só é lembrada na revista Raça, por ele dirigida; Ressaltou também
445que, não obstante os números favoráveis apresentados pela Sra.
446Dulce Lamego sobre a participação dos negros nas universidades,
447eles ainda sofrem grande pressão da mídia que, com a mesma
448unanimidade com que ataca o circo, parece estar unida contra o
449sistema de cotas, sobretudo a Rede Globo, que segundo ele, se
450mostra radicalmente contrária. O Sr. **Mário Olímpio Filho** (Frente
451Nacional dos Prefeitos) destacou a presença do Secretário de Cultura
452do Acre, Marcos Diniz e observou que durante a reunião dos
453secretários de cultura das capitais, ele pôde constatar a diversidade
454cultural dos municípios e a influência da participação popular nos
455temas ligados à cultura por meio dos conselhos; Comentou que ainda
456existe um imenso fosso entre os municípios e o governo federal, em
457razão de um injusto pacto federativo, que coloca os prefeitos e
458gestores municipais na condição de mendigos que precisam bater na
459porta de gabinetes para solicitar recursos que lhes permitam conduzir
460as políticas públicas. O Sr. **Fernando Rossetti** (Grupos de Institutos,
461Fundações e Empresas) comentou ser inegável a evolução que houve
462em termos de conselhos e de participação social, mas que essa é
463uma conquista da sociedade brasileira e não apenas de um governo;
464Informou que o Brasil triplicou o número de associações sem fins
465lucrativos de 1995 a 2005, que hoje englobam aproximadamente 350
466mil organizações da sociedade civil; Considerou muito importante
467essa evolução e a conquista desses espaços pela sociedade, que não
468atribui a um governo, mas que considera uma conquista que teve
469origem no processo de democratização e da Constituição de 1988;
470Explicou também que o Estado brasileiro ainda se encontra em
471construção e mostra-se frágil, pois muitas nomeações são políticas
472em ministérios que deveriam fazê-las por critérios técnicos;
473Reconheceu que há avanços significativos na participação social, mas
474há também grandes desafios, até na realização de uma reunião como
475essa; Ressaltou que gostaria de elogiar, mas também criticar essa

476participação social que constitui um avanço, mas que precisa ser mais
477bem qualificada; Comentou ainda que a técnica de realização das
478reuniões deva ser facilitada pelo envio prévio de agenda, de forma
479que a participação da sociedade civil fosse mais bem qualificada. O
480Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) concordou com o
481Sr. Fernando Rossetti, dando-lhe razão quanto à necessidade de que
482os documentos devem ser enviados com maior antecedência e
483comentou que o Sr. Roberto Peixe abordaria esse assunto. A Sra.
484**Solange Lima** (Audiovisual) alertou para o fato de que as
485associações de grupos sociais sempre existiram, mas nunca tiveram
486tanta abertura para dialogar com o governo quanto atualmente, pois
487o atual governo possibilita essa participação da sociedade civil;
488Ressaltou que oito anos atrás a sociedade civil não conseguia se
489manifestar em nenhuma comissão e que esse avanço tem de ser
490reconhecido; Comentou que, apesar de todos os esforços para mudar
491algumas políticas públicas, a fragilidade do Estado se expõe sob a
492pressão de grupos poderosos, que lutam contra qualquer forma de
493mudança que contrarie seus interesses. Relatou que, embora se
494desejasse uma TV Brasil autônoma, desvinculada do Ministério das
495Comunicações, ela acabou nascendo vinculada ao Ministério,
496justamente pela fragilidade do Estado; Comentou que a sociedade
497deveria continuar pressionando para saber até que ponto o Congresso
498está ouvindo a sociedade, pois os Lobby são muito fortes; Questionou
499até que ponto os deputados e senadores realmente representam a
500sociedade e que seria preciso saber em que eles votam e como
501votam; Enfatizou também que as TVs Câmara e Senado deveriam ser
502utilizadas pela sociedade para vigiar as atividades do Congresso e
503comentou que embora o Congresso tenha um site, por meio do qual a
504sociedade pode acompanhar os trabalhos lá executados, ela não tem
505qualquer interferência no processo de votação; Lembrou ainda que no
506Conselho da TV Pública não há representante da sociedade e que o
507audiovisual não tem representante no Congresso e que desejaria que

508isso ocorresse; Comentou também que esse governo resolveu
509trabalhar de fato em contato com a sociedade e ressaltou que a
510proposta do Ancinav acabou desvirtuada em razão das pressões da
511mídia, que criticou um dirigismo do governo que na verdade não
512existia. A Sra. **Solange Lima** comentou ainda que, em sua visão,
513agora vivemos uma ditadura da mídia, da qual só se consegue fugir
514pela Internet, porque nos jornais e na televisão não abre espaço para
515a participação da sociedade; Considerou que burlar essa falta de
516democracia é um papel da sociedade e que, nesse sentido, o
517Conselho Nacional de Política Cultural seria o mais completo, pois
518conta com uma participação bem diversificada; Recomendou que os
519documentos elaborados nos Conselhos fossem levados às bases para
520serem discutidos pelas classes culturais. O Sr. **Zulu Araújo**
521(Ministério da Cultura) iniciou dizendo que desejava fazer três
522comentários sobre o tema participação social: o primeiro, sobre a fala
523do Senador Inácio Arruda, que levantou a importância do diálogo
524mais próximo com a Conferência Nacional de Comunicação; Informou
525que a mídia vem divulgando informações distorcidas quanto à
526participação social e quanto à implementação de algumas medidas
527sociais no Brasil; Mencionou que o Sr. Maurício Pestana, que é
528jornalista e editor da revista Raça, tem vivido isso com muita
529intensidade quando trata do tema igualdade racial; Comentou ainda
530que a liberdade de imprensa e de expressão pelas quais a sociedade
531tanto lutou durante o regime militar têm sido utilizadas como
532garantia de privilégios e de promoção da desigualdade no Brasil; Ele
533ressaltou que não se pode creditar isso à sociedade, assim como não
534se pode creditar somente aos governos os avanços sociais; Enfatizou
535que há parcelas da sociedade que são conservadoras e reacionárias,
536que defendem interesses privilegiados, pequenos e muitas vezes
537mesquinhos; Comentou também que se fossem observados dados,
538pesquisas e indicativos da Política de Promoção da Igualdade Racial
539no Brasil não se encontraria um único item, um único número que

540fosse negativo. Enfatizou o que disse o Senador Inácio Arruda, que
541há cinco famílias que detêm o poder da informação no Brasil e não
542permitem que sejam apresentados os dados da realidade, que
543indicam, por exemplo, que os cotistas constituem o menor índice de
544evasão escolar na história do ensino superior brasileiro;
545Complementou apostilando que os dados também indicam não ter
546havido qualquer conflito racial ao longo desses cinco anos no ensino
547público superior no que diz respeito aos cotistas; Disse ainda que
548houve uma manifestação de racismo da elite brasiliense, na UnB,
549contra estudantes africanos, mas que nada teve a ver com questões
550econômicas; Comentou que não se pode falar de democracia e de
551inserção social sem levar em consideração o papel muitas vezes
552negativo que o conglomerado dessas cinco famílias tem imposto ao
553país e que é necessário que tanto pessoas que trabalham com
554cultura, como o Conselho Nacional de Política Cultural, estejam
555atentos para dialogar com a Conferência Nacional de Comunicação,
556porque no controle da comunicação talvez resida um dos grandes
557entraves para o avanço da democracia, a forma distorcida e
558deformada como se encara a comunicação no país, que não é
559democrática, nem permite acesso a todos; comentou também que
560concordava a respeito da integração da cultura com a comunicação, e
561sugeriu como ponto de pauta a participação na conferência nacional;
562Comentou que o negro é pouco representado na televisão brasileira e
563que não há a relação democrática que afirmamos existir no Brasil;
564Exemplificou com um dado fornecido pelo professor doutor Joel Zito
565Araújo, da USP, em pesquisa contratada pela Fundação Cultural
566Palmares: 92,3% dos apresentadores da televisão brasileira são
567euro-descendentes; Comentou que essa é uma das questões que
568precisam ser tratadas na Conferência Nacional de Comunicação;
569Propôs então que o CNPC se fizesse representar na Conferência
570Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que deve ocorrer em
571Brasília, de 25 a 28 de junho; Informou que o evento contará com a

572presença de aproximadamente 1300 delegados, que discutirão as
573políticas implementadas pelo governo federal no campo da igualdade
574racial; Comentou que o tema está interligado à cultura, até porque no
575Ministério da Cultura a Fundação Cultural Palmares cumpre esse
576papel, compromisso assumido desde a gestão do ministro Gilberto
577Gil; Comentou também que as conquistas na área da promoção da
578igualdade racial foram muito maiores neste Governo do que nos
579anteriores e que na área da cultura o presidente Lula tem dado
580prioridade ao continente africano e isso trouxe resultados econômicos
581concretos; Sugeriu como ponto de pauta a participação do CNPC no
582Terceiro Festival Mundial de Artes Negras que ocorrerá em Dakar, no
583Senegal, de 1º a 14 em dezembro. A Sra. **Sandra Verônica Cureau**
584(Ministério Público Federal) informou que entre os bens classificados
585pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade, somente 4%
586estão na África negra e que mais de 70% situam-se na Europa e nos
587Estados Unidos. O Sr. **Genival Oliveira Gonçalves – GOG**
588(Indicação do Ministro) apostilou que participou de uma propaganda
589mostrando a importância do Ministério Público, divulgada em âmbito
590nacional, mas que curiosamente não foi veiculada pela Rede Globo.
591Ressaltou que o Conselho Nacional de Política Cultural tem de
592mostrar sua importância não somente na conferência de comunicação
593como também no CONAPIR; Comentou que a Internet é hoje o
594veículo mais democrático de comunicação no planeta, apesar de
595muita gente não ter acesso a ele; Considerou que a cultura brasileira
596corre o risco de enfrentar um AI-5 digital, pois está para ser
597aprovada a Lei Azeredo, que será a criminalização do download;
598Relatou que quem comanda a comunicação no Brasil está se
599preparando de forma concentrada para evitar a liberdade de
600expressão e que o lobby contra as cotas e contra as políticas de
601igualdade racial é intenso; Ressaltou que por isso, a Lei Azeredo foi
602batizada de AI-5 digital; Destacou também que as revistas de hoje só
603mostram a África como savana, que na verdade ocupa menos de

60420% do território; Enfatizou que fora desse aspecto, é muito difícil se
605colocar a África em evidência nos livros e no ensino; Concluiu
606afirmando que o CNPC tem muito a contribuir no debate sobre
607igualdade racial no Brasil. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-
608Geral do CNPC) antes de passar a palavra ao Sr. Lambertucci para
609suas considerações finais, comentou como a questão participativa
610tem impacto na vida cultural de estados e municípios; Enfatizou que
611os conselhos estaduais e municipais precisam dar ênfase à questão
612da paridade, assim como à eleição dos representantes da sociedade
613civil; Informou que na parte da tarde, na discussão do sistema
614nacional, esse tema apareceria; Comentou que o Estado brasileiro,
615representado em seus três níveis, somado às entidades empresariais,
616entidades da sociedade civil, ONGs, têm contribuído muito para a
617qualidade dos debates e das deliberações do Conselho; Enfatizou
618também que o CNPC tem conseguido ser ao mesmo tempo consultivo
619e deliberativo, alcançando respaldo social e político. O Sr. **Antonio**
620**Roberto Lambertucci** (SE/SGPR) agradeceu a todas as intervenções
621que foram feitas e considerou todas elas de uma imensa qualidade,
622do ponto de vista de informação, mas de extrema relevância do
623ponto de vista dos conceitos que foram abordados e da profundidade
624com que eles foram colocados; Destacou que o debate identificou o
625Conselho da Cultura como um Conselho muitíssimo qualificado e com
626uma representatividade imensa; Comentou que, em um Estado
627republicano, com características republicanas, que é o que se procura
628fazer hoje, a transformação de uma política de governo em uma
629política de estado não é um processo simples, pois a consolidação
630depende de tempo e de engajamento social; Ressaltou que o Brasil
631tem um sistema democrático consolidado e que conta com grande
632participação social, representada pelos mais diversos setores,
633estimulada pela concepção de Estado que temos hoje, com grande
634preocupação na inclusão social; Relatou que estamos construindo as
635bases para o enfrentamento dos problemas sociais, raciais e

636religiosos que permitam excluir a discriminação; Enfatizou que o
637CNPc precisa integrar-se com os demais conselhos, pois todos, de
638alguma forma, estão vinculados à cultura; Ressaltou ainda que a
639partir dessa integração haveria maior eficiência na utilização dos
640recursos públicos; Informou que a Secretaria-Geral, em convênio
641com a UFMG, criou um curso de capacitação de conselheiros
642nacionais sobre Democracia, República e Participação Social, em três
643modalidades: especialização *latu-senso* para quem já tem curso
644superior; atualização, com a mesma carga horária de 460 horas, para
645quem não quer fazer a monografia; e os cursos de curta duração que
646abrangem apenas as matérias; Enfatizou que se trata de um curso à
647distância, gratuito, conduzido por vídeo-aula, que é um curso muito
648interessante, cujas informações podem ser obtidas no site da
649Secretaria-Geral. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) observou que o
650Conselho de Cultura no primeiro mandato trabalhou na forma de
651imersão e que no segundo poderia trabalhar em contato com a
652sociedade; Citou o exemplo do Equador, onde o conselho de cultura
653trabalha conduzindo debates com a sociedade; Ressaltou que esse
654procedimento permitiria que diversas regiões do Brasil conhecessem
655o trabalho do Conselho. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral
656do CNPC) considerou a idéia boa e disse que a discutiria com os
657secretários estaduais e municipais; Informou que à tarde seria
658discutido o Sistema Nacional e que um de seus capítulos é a
659articulação do conselho nacional com os conselhos estaduais e
660municipais, além da criação dos fundos, nacional, estaduais e
661municipais, o que conduzirá à consolidação da proposta de
662substitutivo para transformá-lo em lei; Encerrado os trabalhos da
663parte da manhã, o Sr. Gustavo convidou os conselheiros para o
664intervalo de almoço lembrando-os que a pauta a ser trabalhada na
665parte da tarde seria extensa, solicitou então que não se alongassem e
666retornassem no horário combinado. **Item 3) Ordem do Dia:**
667Retomando a reunião, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do

668CNPC) comentou que o primeiro ponto abordado seria a aprovação da
669ata da 5ª Reunião Ordinária que ocorreu em março, cuja cópia todos
670haviam recebido 15 dias atrás, como não houve comentários, a ata
671foi considerada aprovada por unanimidade; Anunciou a presença dos
672novos conselheiros, Deputado Ângelo Vanhoni, que é suplente do
673Deputado José Aparecido Filho e comentou a presença do Senador
674Inácio Arruda, que é o titular, e do Senador Cícero Lucena, seu
675suplente, ambos representantes da Comissão de Educação, Cultura e
676Esporte do Senado; Anunciou, também, como nova representante do
677Ministério do Desenvolvimento Social a Sra. Juliana de Melo Borges;
678Informou que o Sr. Genival Oliveira Gonçalves (GOG) passaria a
679integrar o plenário do Conselho; Comentou que houve uma reunião
680na Casa Civil antecipando a publicação do decreto 5.520, que instituiu
681o Conselho e que o segundo ponto a ser discutido seria a atribuição
682fiscalizadora do Conselho; Lembrou a todos que quem decide a
683constituição do plenário é o Presidente da República, e que, portanto,
684toda mudança de ampliação ou redução dos membros do Conselho
685teria de ser proposta à Presidência; Informou ainda que na
686composição atual haviam mais integrantes da sociedade civil do que
687do governo, embora a Casa Civil entenda que deva ser paritário;
688Ressaltou que na última quinzena de agosto seriam reunidos os
689grupos de trabalho de acervo, de relações internacionais, de arte
690digital e da Lei Rouanet. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral
691do CNPC) comentou também que na manhã do dia seguinte, das oito
692e meia ao meio dia, os integrantes do Conselho participariam de um
693painel no auditório da TV Câmara, em uma iniciativa da Frente
694Parlamentar em Defesa da Cultura em parceria com o Ministério da
695Cultura; Informou que o tema seria "A Cultura no Centro da Agenda
696do País"; Informou que, por escolha dos integrantes do plenário, o
697Sr. Álvaro Santi falaria no painel sobre as atividades do Conselho;
698Destacou também a presença da Sra. Jandira Feghali, Presidente do
699Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura do Brasil e Secretária

700de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, e a presença do Sr. Marcus
701Vinícius, Secretário de Cultura de Rio Branco-Acre. A Sra. **Alice**
702**Viveiros de Castro** (Circo) informou que a Comissão de Educação e
703Cultura da Câmara acabara de aprovar um substitutivo proibindo a
704presença de animais em circos no Brasil pelos próximos oito anos;
705Ressaltou que era preciso mostrar aos parlamentares que a tendência
706internacional é de regularizar, e não de extinguir a presença de
707animais nos circos; Lembrou que o Conselho havia aprovado uma
708moção favorável à regularização, e que deveria pensar na melhor
709maneira de fazer esse encaminhamento. O Sr. **Gustavo Vidigal**
710(Coordenador-Geral do CNPC) anunciou a presença da Sra. Denise
711Pereira, da representação regional do Rio Grande do Sul, e do Sr.
712Adair Rocha, representante regional do Rio de Janeiro, e informou
713que ambos passariam a acompanhar as reuniões do Conselho
714voluntariamente. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) fez um aparte
715solicitando à Secretária Jandira Feghali informações sobre o projeto
716de lei da regionalização na Câmara e no Senado. A Sra. **Jandira**
717**Feghali** (Secretária de Cultura/RJ) comentou que o Fórum tem um
718representante presente, o Sr. Mário Olímpio, e que a regionalização
719tem sido uma batalha que há 13 anos tramita na Câmara e há oito
720anos tramita no Senado; Solicitou ao Senador Inácio Arruda que
721complementasse a informação. O Senador **Inácio Arruda** informou
722que o projeto de lei está nas mãos do Sr. Zambiasi, e que tem
723relação direta com a Conferência de Comunicação, pois a grande
724pressão sobre sua aprovação vem justamente daqueles que detêm o
725controle absoluto dos veículos de comunicação no país. O Sr.
726**Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) lembrou que o
727processo de modificação da Lei Rouanet recebeu muitas propostas e
728que os debates regionais demonstraram que o descontentamento
729com a reforma é pontual; Ressaltou que existe consenso sobre a
730necessidade de reforma, mas a dúvida recai sobre a forma como será
731feita. **Item 4) Painel: "Lei Rouanet":** O Sr. **Roberto Nascimento**

732(Ministério da Cultura) comentou que o projeto de mudança da Lei
733Rouanet foi bastante discutido, e atualmente encontra-se em fase de
734consolidação de cerca de 2.000 propostas recebidas de diversos
735setores da sociedade, especialmente sobre o fortalecimento do Fundo
736Nacional de Cultura; Ressaltou que a maior crítica recai sobre a forma
737de financiamento por meio da renúncia fiscal; Informou que ao
738mesmo tempo em que tenta avançar sobre o ponto de vista de
739operação da lei vigente, continuam em andamento os estudos sobre
740as mudanças; Comentou que a partir das propostas e do resultado da
741tramitação do projeto pelos diversos setores governamentais é que
742sairá o texto final do projeto de mudança da Lei; Informou que
743quanto à renúncia fiscal não haverá alteração na Lei 8.313, portanto
744não haverá impacto no prazo de vigência, pois não será criada uma
745nova lei de renúncia fiscal; Comentou que a Lei está completando
746dezoito anos, é natural que passe por atualizações; Destacou que a
747proposta de mudança deverá viabilizar e incluir no texto da Lei a
748participação da sociedade na gestão dos recursos do Fundo Nacional
749de Cultura, que atualmente é atribuição exclusiva do Ministério;
750Comentou que, por atribuição do decreto que o criou, coube ao CNPC
751a definição de diretrizes para financiamento da cultura, o que pode
752ser feito por meio de um plano anual de investimentos ou de outro
753mecanismo criado pelo Conselho para gerir o emprego dos recursos;
754Ressaltou ainda que é importante o Conselho apresentar ao Ministério
755uma proposta de investimentos para o ano que vem, tanto os
756oriundos da renúncia fiscal quanto do Fundo Nacional de Cultura. O
757Sr. Roberto comentou que no modelo de governabilidade proposto, o
758CNPC já é responsável pela definição das diretrizes de investimentos
759do governo federal com relação à cultura; Comentou que os fundos
760setoriais do FNC que estão sendo propostos observarão não apenas a
761execução dos recursos do FNC, mas também os oriundos de renúncia
762fiscal, os fundos analisariam os projetos de incentivo e do FNC e
763dariam ou não sua aprovação; Esclareceu que o modelo proposto é

764sistêmico e participativo quanto ao controle de recursos para a
765cultura; Alertou que os fundos setoriais precisam ser criados por lei,
766como foi o caso do audiovisual na ANCINE, pois o Ministério não tem
767essa prerrogativa de criar fundos; Informou que estão buscando a
768forma de um modelo mais participativo na gestão dos recursos,
769independentemente da mudança da Lei; Comentou que há discussões
770sobre a representatividade dos conselhos, pois o modelo vigente é o
771da CNIC, no qual se faz uma convocação para que instituições de
772atuação nacional dos diferentes setores que a compõem se habilitem
773junto ao Ministério para indicar nomes de eventuais conselheiros, o
774que torna difícil o estabelecimento da legitimidade dos conselhos,
775pois é preciso que confirme o grau e a abrangência de
776representatividade da pessoa indicada e complementou dizendo que
777isso poderia gerar questionamentos quanto à legitimidade da
778representação, embora não tivesse havido contestações. O Sr.
779**Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
780Estaduais) comentou que o Fórum Nacional de Secretários e
781Dirigentes Estaduais tem discutido a Lei Rouanet; Observou que o
782artigo 1º da Lei não cita o Sistema Nacional, nem o CNPC; Comentou
783que na reunião do Nordeste foi debatida a proposta de autorização de
784transferência de recursos fundo a fundo no âmbito estadual; Sugeriu
785que a proposta para 2010 fosse apresentada como resultado da
786reunião programada para agosto. O Sr. **Francisco Auto Filho**
787(Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) comentou que
788o processo de elaboração do projeto de reforma da Lei Rouanet
789deveria ser discutido previamente no Conselho; Ressaltou que esse
790projeto de lei não avançou com relação ao Fundo, pois é
791indispensável que haja transferência obrigatória de recursos fundo a
792fundo; Comentou que se metade dos recursos fossem passados
793diretamente para estados e municípios, 90% dos problemas ligados à
794gestão de recursos desapareceriam, como já ocorre na educação, na
795saúde e na assistência social. A Sra. **Dulce Lamego** (Dança)

796parabenizou a Sra. Jandira Feghali por medidas que tomou assim que
797assumiu a Secretaria no Rio de Janeiro, particularmente por haver
798provido o Centro Coreográfico do Rio com equipamento cultural
799altamente sofisticado, além de haver colocado alguém como Carmem
800Lúcia para dirigi-lo, e também por ter dado o nome de Angel Viana ao
801Teatro. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura)
802chamou a atenção para o fato de o papel do Conselho ser pouco
803divulgado, embora sobre ele recaia uma grande responsabilidade,
804particularmente quanto à elaboração de propostas de diretrizes para
805a política cultural. Manifestou sua preocupação quanto à gestão dos
806fundos, que deve ser conduzida de forma completa e eficiente, tanto
807em âmbito nacional quanto setorial, pois esse é um aspecto
808fundamental da política cultural no Brasil. O Sr. **Mário Olímpio Filho**
809(Frente Nacional de Prefeitos) mostrou sua preocupação com o fato
810de o Ministério, em busca do diálogo com outros setores, abrir várias
811frentes fundamentais de trabalho que mexem com hábitos muito
812arraigados, uma vez que nunca houve neste país uma política pública
813de cultura ou um sistema nacional de cultura; Comentou que quando
814começa a falar de instrumentos de financiamento de cultura debate-
815se o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, a PEC
816150, um conjunto que é compreendido pelo próprio Sistema Nacional
817de Cultura, o que exige parcerias com o Congresso Nacional;
818Ressaltou que quando se divide o país em entes federados observa-
819se a exposição de um quadro bastante diverso entre estados e
820municípios no que diz respeito ao investimento em cultura; Citou o
821exemplo de Recife, que investe mais de 5% do seu orçamento geral
822em cultura, enquanto Cuiabá está chegando agora a 1%; Comentou
823ainda que estão a caminho de uma mudança de governo e que
824haverá menos de um ano para definir as estratégias de trabalho. O
825Sr. **Roberto Nascimento** (Ministério da Cultura) comentou que está
826em discussão o estágio do desenvolvimento institucional da cultura
827no país, englobando todos os agentes envolvidos, todos os níveis de

828governo e a sociedade; Ressaltou que a PEC 150 talvez permita fazer
829uma transferência direta fundo a fundo, operação que a lei atual não
830permite; Complementou dizendo que sem mexer na Lei não se pode
831criar fundo setorial; Destacou que é preciso que haja no município ou
832no estado um fundo de cultura, pois o ente federado tem que dar
833sinal de que valoriza a cultura e injetar recursos próprios para poder
834candidatar-se a receber verbas federais; Comentou que é preciso que
835os agentes de cultura e os gestores públicos assumam nova posição,
836trazendo a cultura para o centro dos debates sob o ponto de vista de
837serem agentes estratégicos do desenvolvimento humano e
838econômico, especialmente no horizonte próximo; Elucidou que a
839criação de uma frente parlamentar mista no Congresso tem auxiliado
840bastante, pois lá será decidida a modificação da Lei Rouanet e que
841para provocar mudanças estruturais será preciso mobilizar a
842sociedade e os governos em todos os níveis. A Sra. **Patrícia Canetti**
843(Artes Digitais) abordou a estrutura do Sistema Nacional de Cultura,
844comentando que as artes visuais não têm representação nacional e
845que há falta de detalhamento da Lei Rouanet, sugerindo que
846houvesse maior comunicação sobre as alterações que estão sendo
847tomadas no âmbito da CNIC com respeito aos produtores culturais;
848Abordou também a distinção entre pessoa física e pessoa jurídica na
849produção cultural quanto ao amparo na Lei, que segundo ela,
850praticamente privilegia a segunda em detrimento da primeira. A Sra.
851**Alice Viveiros de Castro** (Circo) comentou sobre as dificuldades
852encontradas para a publicação de um livro de sua autoria, pois de
853acordo com as regras da CNIC, o autor só poderia receber 10% de
854sua produção, o que torna o projeto inviável; Ressaltou que a CNIC
855exige comprovação de quatro anos de atuação nacional para que uma
856classe seja representada no conselho; Comentou que no caso do circo
857existem hoje oito entidades nacionais com CNPJ e pelo menos quatro
858anos de atividade, mas que na verdade nenhuma delas é nacional;
859Informou que duas delas são ativas em suas respectivas regiões e

860têm associados em vários estados, mas não podem ser consideradas
861nacionais, embora tenham grande representatividade; Citou como
862exemplo o Sindicato dos Artistas e Técnicos, que já foi um órgão
863combativo, particularmente as representações do Rio de Janeiro e de
864São Paulo, que tiveram grande importância na história política
865brasileira, particularmente no acompanhamento da constituinte de
8661988; Questionou a perenidade da representação; Citou o movimento
867Rede Circo do Rio que, por opção, é um movimento sem CNPJ, mas
868que é representativo e alcançou reconhecimento; Enfatizou que essas
869representatividades podem atuar por dois anos e depois perder o
870poder; Alertou ainda para a urgência da reunião do Grupo de
871Trabalho sobre o circo, de modo que as decisões pudessem ser
872levadas à próxima reunião do Conselho. O Sr. **Fernando Rossetti**
873(Grupos de Institutos, Fundações e Empresas) abordou os incentivos
874e as renúncias fiscais; Comentou que são instrumentos que o estado
875utiliza para implementar determinadas políticas públicas em parceria
876com a sociedade civil e com seus entes privados e que concede
877incentivo fiscal para que recursos possam ser empregados em áreas
878nas quais a atuação da sociedade civil seja mais eficiente do que a
879atuação do governo; Destacou que ela se dá de forma correta quando
880a política pública é mais bem aplicada pela sociedade civil em área de
881sua influência; Comentou que acredita na Lei Rouanet porque
882possibilita o emprego de recursos públicos para fins culturais em
883áreas onde a sociedade civil pode aplicá-los com uma racionalidade
884maior do que o próprio Estado seria capaz de fazê-lo; Destacou que
885há um problema com a Lei Rouanet que acontece também com o
886Fundo da Infância e da Adolescência, quando o volume de recursos
887oriundos da renúncia fiscal é maior do que o volume de recursos que
888o estado aplica em determinada área; Comentou que muitos criticam
889as distorções decorrentes da aplicação de recursos oriundos da Lei
890Rouanet aplicados por empresas, mas não criticam a falta de recursos
891aplicados pelo Estado; Ressaltou que as questões são complexas e

892 não podem ser resolvidas de forma simples e que a forma de debates
893 utilizada no Conselho deveria primeiro analisar o Sistema para depois
894 debater a Lei Rouanet, e não da forma como está sendo feita, pois
895 primeiro falou-se da reforma da Lei para depois falar sobre o Sistema
896 como um todo; Destacou ainda que o Conselho cumpre mais o papel
897 de legitimar o que está sendo decidido fora dele do que propriamente
898 cumprir sua função de deliberar sobre assuntos culturais. O Sr.
899 **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais) comentou
900 que houve uma manifestação de cerca de 50 entidades de São Paulo
901 na qual o nome da ANEC foi mencionado, mas que ela nunca se
902 manifestou publicamente, e nem o fará; Informou que a ANEC limita-
903 se a debater no Conselho e com o Ministério da Cultura, nunca
904 manifestando-se publicamente, e que o nome foi indevidamente
905 utilizado; Comentou que entende que os problemas básicos dos
906 debates sobre a Lei Rouanet são a obtenção de mais recursos para o
907 Fundo Nacional de Cultura e a distribuição mais equitativa e nacional
908 da cultura. Ressaltou que é preciso discutir com o Ministério da
909 Fazenda, basicamente com a Receita Federal, a situação totalmente
910 ilógica da diferença de tratamento entre pessoa física e pessoa
911 jurídica; Comentou que as empresas podem deduzir os incentivos
912 fiscais na ocasião em que pagam o imposto de renda, mensalmente
913 ou trimestralmente, enquanto as pessoas físicas declaram, pagam e
914 esperam cerca de seis meses pela restituição; Considerou essa
915 diferença de critérios injusta, pois enquanto a pessoa física leva de
916 um ano a 18 meses para recuperar o dinheiro, as empresas recebem
917 imediatamente o benefício, condição que descumpra a isonomia
918 constitucional; Comentou também que a reorganização da CNIC é um
919 problema básico, pois permitiria seguir realmente sua política;
920 Considerou relevante o fato de o Ministério da Cultura não ter
921 interferência sobre a aplicação de recursos oriundos de incentivos
922 fiscais que as estatais aplicam em cultura. O Sr. **Daniel Sant'Ana**
923 (Fórum Nacional dos Secretários Estaduais) comentou que na última

924reunião do Fórum Nacional, realizada nos dias 4 e 6 de junho, as 15
925propostas encaminhadas em 2008 pelo Fórum de Secretários dos
926Estados foram incorporadas ao texto do projeto; Ressaltou que há
927necessidade de amarrar no texto da lei a possibilidade de distribuição
928dos recursos fundo a fundo, pois esse seria o grande avanço do
929PROFIC em relação à Lei Rouanet; Comentou que esse é justamente
930o mecanismo que dialoga de forma direta com o Sistema, o
931fortalecimento do FNC e a possibilidade de transferência fundo a
932fundo; Relatou a necessidade de melhorar a redação dos artigos 15 e
93316, que tratam dessa possibilidade e comentou que entre as
934contribuições encaminhadas na reunião do dia 18 esteja a questão do
935percentual, embora acredite que não faz muito sentido estabelecer
936um percentual quando ainda não está estabelecida a totalidade dos
937fundos; Ressaltou que a questão do Sistema é também uma questão
938de adesão aos termos de cooperação federativa; Comentou que a
939adesão ao sistema será benéfica para estados e municípios que
940implantarem suas estruturas e criarem seus fundos, pois poderão
941começar a operar e a receber as transferências fundo a fundo, como
942acontece com o FUNDEB e com outros fundos; Enfatizou ainda que
943talvez seja a grande oportunidade de inserir algum detalhamento
944sobre essas transferências já na minuta do projeto de Lei, enquanto
945aguardam um decreto regulamentador. O Sr. **Roberto Nascimento**
946(Ministério da Cultura) comentou que as imperfeições e equívocos
947apontados no texto encaminhado para consulta pública já haviam
948sido identificados, mesmo antes de serem recebidos os comentários
949da consulta pública; Citou como exemplo a definição de patrocinador
950que, conforme definido no texto, exclui as estatais, e que certamente
951não havia essa intenção; Comentou que esses e outros problemas de
952redação já haviam sido identificados e já foram corrigidos, e não
953foram constatados erros conceituais; Explicou que a natureza do
954incentivo fiscal permitido para a infância e adolescência é diferente do
955utilizado para cultura e esporte, pois neste não há redução de

956impostos, o que há é uma transferência de numerário; Propôs uma
957adequação para que funcione realmente como parceria público-
958privada e explicou que as estatais nunca foram maioria no
959financiamento de programas de cultura, pois sua participação
960corresponde a cerca de 30%; Comentou também que algumas
961estatais disputam mercado com empresas privadas, por isso dirigem
962seus recursos para patrocínios com melhor retorno; Ressaltou que o
963modelo de parceria atualmente praticado não é o ideal, pois o
964propósito não é financiar cultura com 100% de recursos públicos;
965Afirmou ainda que o problema era estrutural e não seria o caso de
966acabar com a renúncia fiscal, pois esse mecanismo disciplinado
967poderia funcionar como parceria público-privada trazendo bons
968resultados. O Sr. Roberto esclareceu que independentemente de ser
969um incentivo oriundo de uma estatal ou de uma empresa privada,
970tratava-se da aplicação de um recurso público que deveria ser gerido
971como tal; Comentou que existe grande expectativa da sociedade com
972relação ao aperfeiçoamento do modelo vigente e que a
973regulamentação da transferência obrigatória fundo a fundo dependerá
974da aprovação da PEC 150. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual)
975solicitou esclarecimentos sobre como ficou o Fundo Setorial do
976audiovisual na Lei Rouanet. O Sr. **Roberto Nascimento** (Ministério
977da Cultura) esclareceu que haverá uma alteração no fundo setorial do
978audiovisual a partir da criação de um quarto programa, que atende a
979produção inovadora, entrará no critério de partilha do orçamento do
980FNC, terá um comitê gestor e uma secretaria executiva diferenciados.
981O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) comunicou que
982a competência do plenário quanto ao trâmite do projeto de lei
983encontra-se regulada pelo Regimento Interno do Conselho; Informou
984que a proposta é de que o grupo de trabalho que se reunirá em julho
985discuta quais seriam as diretrizes gerais para aplicação de recursos
986no próximo ano; Comentou que em julho o comitê das estatais vai
987fechar um posicionamento político sobre a reforma da Lei; Ressaltou

988que o texto que seria apresentado na Câmara deveria levar em conta
989não apenas o que já foi debatido na presente reunião, mas também
990as propostas do Conselho; Considerou fundamental incluir a proposta
991de acompanhamento da aplicação de recursos no Fundo Nacional de
992Cultura. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários
993Estaduais) apresentou uma proposta de resolução para o
994acompanhamento das diretrizes que, em sua opinião, deveriam ser
995revistas anuais; Sugeriu que o Minc elaborasse, baseado nos dados
996históricos de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura e
997nas informações contextuais da Cultura no país, propostas de
998diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de
999Cultura no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo
1000dos setores e de modalidades culturais para o exercício de 2010 a ser
1001apreciado na próxima reunião de agosto, considerando a eminência
1002da consolidação do orçamento do próximo ano; Relatou que, em sua
1003visão, esses são os mecanismos para trabalhar o Fundo como uma
1004ferramenta de investimento e de recuperação de igualdades regionais
1005e de linguagens, e assim por diante; Segundo ele, seria um primeiro
1006exercício e enfatizou que precisa ter um ponto de partida para uma
1007avaliação, que é necessário exercitar essa atribuição do Conselho. O
1008Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) ratificou o comentário da Sra. Alice
1009Viveiros por entender ser uma inversão de prioridades debater as
1010diretrizes de investimento sem que o Conselho tenha se pronunciado
1011oficialmente sobre a proposta de modificação da Lei, para a qual já se
1012constituiu um grupo de trabalho que ainda não se reuniu; Propôs
1013então que o grupo se reúna o quanto antes e traga seu parecer para
1014o Conselho na próxima reunião e somente então se deliberasse sobre
1015a proposta de reforma da Lei Rouanet. Na seq
1016uência, o Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades
1017Culturais) comentou um precedente ocorrido, que foi a lei dos
1018Estatutos dos Museus e informou que nesse caso o Ministro da
1019Cultura preparou a Lei, o projeto foi submetido ao Comitê Gestor do

1020 Sistema Brasileiro de Museus e então analisado linha por linha
1021 durante seis horas; Comentou que o Conselho deve estudar não
1022 somente as diretrizes, mas também o texto da Lei; Questionou se o
1023 Conselho não participaria da redação. O Sr. **Gustavo Vidigal**
1024 (Coordenador-Geral do CNPC) esclareceu que o MinC entendia que ao
1025 submeter o projeto de lei à consulta pública, todos haviam
1026 participado; Comentou que a redação do PL está sendo feita junto
1027 com a Casa Civil, Ministério da Fazenda e Ministério da Justiça;
1028 Ressaltou que o Conselho poderia estabelecer seu posicionamento
1029 com relação a pontos específicos porque esse PL iria tramitar no
1030 Congresso. O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades
1031 Culturais) fez um aparte comentando entender que dessa forma o
1032 Conselho não poderia interferir no texto da Lei, diferentemente do
1033 que ocorreu no caso dos museus, no qual a redação da lei regressou
1034 ao Comitê para revisão e foi bastante modificado. O Sr. **Gustavo**
1035 **Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) respondeu que o Conselho
1036 manifestou-se a respeito da redação quando debateu as propostas
1037 durante as reuniões; Acrescentou que o Conselho ainda poderá
1038 encaminhar propostas ao Congresso enquanto o projeto tramitar por
1039 lá; Comentou que quem faz a mediação entre Cultura, Justiça e
1040 Planejamento é a Casa Civil. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita)
1041 sugeriu que a agenda da reunião apontasse o que se espera do
1042 Conselho em relação a cada item da pauta, o que facilitaria a
1043 condução dos debates. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral
1044 do CNPC) comentou que o assunto já havia sido bem debatido em
1045 reuniões anteriores e que as atribuições do Conselho estavam
1046 discriminadas no Regimento Interno; Informou que haverá uma
1047 reunião do grupo de trabalho da Lei Rouanet que discutirá apenas o
1048 projeto de lei da reforma, e que com relação à aplicação das
1049 diretrizes seria conduzida uma discussão a parte; Disse também que
1050 o grupo de trabalho acompanhará a tramitação do projeto no
1051 Congresso; Enfatizou que a função do grupo de trabalho era

1052acompanhar todo o processo, tanto no Executivo quanto no
1053Legislativo; Propôs que se esperasse a formatação final para que o
1054grupo de trabalho se manifeste; Comentou que na próxima reunião
1055do Conselho o grupo de trabalho apresentaria propostas de alteração
1056do texto produzido pelo Executivo. **Item 5) Painei: "Sistema de**
1057**Cultura"**: A Sra. **Silvana Meirelles** (Secretária/SAI) apresentou a
1058proposta de estruturação, institucionalização e implementação do
1059Sistema Nacional de Cultura; Relembrou que o Sistema Nacional de
1060Cultura é um compromisso desde a candidatura do Presidente Lula,
1061que integra o documento e desde que o Ministro Gilberto Gil assumiu
1062o Ministério da Cultura, vem trabalhando na construção e no debate
1063da estruturação do Sistema Nacional de Cultura; Explicou que os
1064primeiros passos para a elaboração do Sistema surgiram de um
1065protocolo de intenção entre governo federal, estados e municípios;
1066Comentou que um grupo de consultores contratado pelo Ministério da
1067Cultura vem trabalhando desde o final do ano passado na elaboração
1068da proposta que seria apresentada; Lembrou que a proposta inicial
1069em 2005, quando se apresentou o protocolo de intenções, teve a
1070adesão de 23 estados e de quase 2000 mil municípios, e que essas
1071adesões terminaram provocando movimentos diferenciados em
1072estados e municípios; Explicou que no ano passado os consultores
1073foram divididos em três subgrupos de trabalho para trabalhar três
1074aspectos do Sistema que consideraram fundamentais: o primeiro
1075deles é a estrutura, a arquitetura do Sistema Nacional de Cultura; o
1076segundo é o marco legal, que já tramita no Congresso Nacional desde
10772006, a PEC 416 que institui o Sistema Nacional de Cultura e
1078finalmente um grupo que trabalha a questão de um programa de
1079fortalecimento, de formação no campo da Cultura; e o terceiro é a
1080formação de gestores. A Sra. **Silvana Meirelles** (Secretária/SAI)
1081explicou que esses protocolos foram instrumentos e foram discutidos
1082no âmbito do fórum dos dirigentes estaduais de Cultura lá atrás em
10832005, portanto, é resultante dessa construção coletiva e também de

1084 uma discussão em quase todo o país com gestores e sociedade civil;
1085 Informou que a própria discussão da reformulação da Lei Rouanet,
1086 com a criação do PROFIC e com a reformulação do Fundo Nacional de
1087 Cultura, vai induzir naturalmente a criação de Fundos municipais e
1088 estaduais e, inclusive, fundos que possam nos permitir as
1089 transferências de recursos Fundo a Fundo e a própria PEC que hoje
1090 tramita no Congresso Nacional, que é quem vai dar o suporte ao
1091 financiamento do Sistema Nacional de Cultura; Ressaltou que essa
1092 estrutura dará racionalidade a uma série de ações e o Programa
1093 Mais Cultura tem sido exemplar nesse sentido de mostrar a
1094 necessidade de ter esse pacto federativo atuando no campo da
1095 Cultura; Lembrou ainda que foi criada uma agenda de debates a
1096 respeito da proposta apresentada, que já incorpora as sugestões do
1097 Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, do Fórum de
1098 Dirigentes das Capitais e de diversas organizações ligadas à cultura.
1099 O Sr. **João Roberto Nascimento Peixe** (Gerente/SAI) comentou ter
1100 a responsabilidade de viabilizar o Sistema e que é importante ter
1101 agilidade para facilitar a tramitação do documento no Congresso para
1102 que não se perca a oportunidade de tê-lo aprovado antes que inicie o
1103 ano eleitoral; Explicou que a proposta atual ainda não tem o formato
1104 de uma lei, mas o conteúdo, a estratégia e o conceito estão definidos
1105 para que se transforme em uma peça legislativa; Esclareceu que o
1106 documento tem duas partes: a primeira trata da Política Nacional de
1107 Cultura e a segunda do Sistema Nacional de Cultura propriamente
1108 dito; Comentou que a Política Nacional de Cultura tem três pontos
1109 básicos: a questão do papel do Estado na gestão pública da cultura
1110 como ponto de partida; os direitos culturais como plataforma de
1111 sustentação do Sistema Nacional de Cultura e a concepção
1112 tridimensional da cultura como fundamento da Política Nacional.
1113 Explicou que os pontos centrais na questão do papel do estado são:
1114 formular e executar as próprias políticas públicas, planejar e fomentar
1115 as atividades culturais, preservar e valorizar o patrimônio cultural e

1116material do país e estabelecer os marcos regulatórios para a
1117economia da Cultura, garantindo o acesso universal de bens e
1118serviços culturais, e assim, proteger e promover as diversidades das
1119expressões culturais. Ele relatou que essas funções e papéis do
1120estado não substituem e não eliminam o papel do setor privado em
1121relação à Cultura, mas são, inclusive, alguns deles papéis exclusivos
1122e intransferíveis pelo estado; Informou que durante os anos 80 e 90
1123toda a concepção do estado mínimo do neoliberal e talvez no Brasil
1124tenha sido na área da Cultura e foi quando essa concepção avançou
1125mais, e hoje em relação a essa questão do financiamento é reflexo
1126dessa concepção de que o estado praticamente se ausentou ou
1127transferiu para o setor privado, inclusive, além dos próprios recursos
1128públicos; Ressaltou que recuperar esse papel do estado é
1129fundamental para a implementação de qualquer política pública e
1130especialmente do Sistema Nacional de Cultura; Explicou também que
1131o Sistema basicamente envolve o Sistema Nacional, os Sistemas
1132Estaduais, os Sistemas Municipais de Cultura e a sociedade onde, na
1133verdade, tudo acontece e onde há essa inter-relação; Relatou que por
1134causa da transversalidade das políticas culturais, não se pode mais
1135pensar a Cultura isoladamente, a autonomia dos entes federados e
1136das instituições da sociedade civil, inclusive, a Constituição de 88
1137garante essa autonomia, a transparência e o compartilhamento das
1138informações, e segundo ele, o Sistema Nacional de Formações, os
1139indicadores culturais e toda uma relação também de transparência
1140com a sociedade. Na continuidade, o Sr. Roberto Peixe explanou que
1141são esses princípios que devem orientar todas as ações,
1142comportamento e as inter-relações entre os participantes do Sistema,
1143que são esses princípios, inclusive que são importantes estarem
1144agregados e presentes na PEC 416, já que a PEC não define isso,
1145portanto a PEC é uma peça bastante sintética, porque é uma emenda
1146constitucional; Frisou a importância de assegurar a todos os entes
1147federados a autonomia na constituição interna de cada Conselho, e

1148inclusive, disse que isso foi reforçado ontem na reunião do Fórum dos
1149Secretários das Capitais e de qualquer forma é importante que essa
1150experiência já acumulada sirva para que cada um defina a sua forma
1151mais adequada da realização e da realidade local. Após a
1152apresentação do documento, o Sr. Roberto Peixe explicou que os 12
1153pontos apresentados no documento teriam que ser trabalhados
1154simultaneamente em sua maioria, pois não é uma seqüência
1155cronológica, portanto, na sua grande maioria, teriam que estar
1156articulados e integrados para que se atinjam os objetivos em relação
1157ao Sistema Nacional de Cultura. Na continuidade, o Sr. **Bernardo**
1158**Mata Machado** (Consultor) comentou que sua atribuição no grupo
1159de trabalho foi propor um marco teórico e conceitual para o Sistema
1160Nacional de Cultura, conforme o documento em mãos dos
1161conselheiros; Informou que, com relação aos direitos culturais, a
1162idéia é que constituam a plataforma de sustentação das políticas
1163culturais; Esclareceu que, na verdade, trata-se de uma norma
1164constitucional, contida no artigo 215, que trata dos direitos culturais,
1165mas não os define; Apresentou alguns slides contendo uma lista de
1166direitos culturais estabelecidos em diversos documentos da
1167Organização das Nações Unidas; Enfatizou que essa lista foi
1168elaborada com enfoque histórico e político, e não jurídico;
1169Complementou dizendo que, embora não defina os direitos culturais,
1170a Constituição contém, em seus diversos artigos, todos os que foram
1171apresentados e estão contidos em documentos da ONU. O Sr.
1172**Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) saudou a presença
1173do Sr. Ataíde Freitas Júnior, presidente da Fundação Municipal de
1174Cultura de Campo Grande e abriu a sessão de debates. O Sr. **Roque**
1175**Laraia** (Entidades de Pesquisa) chamou a atenção para o fato de
1176que, na página nove do documento, que cita os artigos da
1177Constituição que abrangem direitos culturais, não haver menção ao
1178artigo 231, que se refere aos direitos culturais dos povos indígenas
1179brasileiros. O Deputado **Ângelo Vanhoni** comentou que entende que

1180a cultura não deve estar dissociada da formação do ser humano;
1181Sugeriu que, com esse propósito, o sistema cultural deva interligar-se
1182ao sistema educacional. A Sra. **Dulce Lamego da Silva** (Dança)
1183colocou que realmente essa relação MEC e MinC e esse Sistema
1184Educacional é fundamental que haja uma intercessão, segundo ela,
1185porque o preconceito não é só do lado da Educação, mas também do
1186Ministério da Cultura; Parabenizou a exposição do Sr. Bernardo, e
1187sugeriu que o texto fosse revisto, pois considera que a cultura não se
1188restringe só às linguagens artísticas, mas a forma de ser, de vestir,
1189de comer, tudo é Cultura, e citou a Sra. Maria Helena quando diz:
1190“Tudo é Cultura, mas há uma parte da Cultura com especificidade”. O
1191Sr. **Du Oliveira** (Música Popular) comentou que na área da música já
1192há uma boa integração entre o MinC e o MEC e questionou em que pé
1193está a ligação com o MEC em relação à formação. A Sra. **Jandira**
1194**Feghali** (Secretária de Cultura/RJ) comentou os pontos abordados na
1195reunião dos Secretários e Dirigentes de Cultura, realizada no dia
1196anterior, que contou com a presença de representantes de 17
1197capitais; Informou os principais pontos debatidos e os resultados
1198alcançados na Reunião; Comentou que os dois pontos mais discutidos
1199na Reunião foram os critérios para a partilha de recursos,
1200particularmente a quem caberia essa decisão, e a integração dos
1201chamados sistemas patrimoniais, como museus, bibliotecas,
1202arquivos; Questionou como funcionaria o sistema nacional se cada
1203subsistema tivesse seu próprio conselho e se cada conselho tivesse
1204poder deliberativo, bem como qual a forma como eles se
1205relacionariam com o Conselho Nacional. O Sr. **Oswaldo Viegas**
1206(Fórum Nacional de Secretários e dirigentes Estaduais) comentou sua
1207preocupação quanto à diversidade organizacional e institucional do
1208Sistema; Considerou necessário dar maior flexibilidade ao Sistema
1209para atender aos pequenos municípios que talvez não consigam
1210cumprir as normas estruturais exigidas. Ressaltou que muitos
1211municípios assinaram o termo de adesão, mas talvez nunca venham

1212a ter um órgão gestor de cultura; Defendeu uma arquitetura mais
1213flexível para o Sistema. O Sr. **Mário Olímpio** (Frente Nacional dos
1214Prefeitos) sugeriu a criação, no âmbito do Conselho Nacional de
1215Política Cultural, de um grupo de trabalho sobre o Sistema Nacional
1216de Cultura, com a finalidade de acompanhar todo o processo de
1217estruturação nacional. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por
1218Intermédio da Cultura) questionou se não valeria a pena tratar de
1219alguma maneira, na proposta do Sistema, a questão da comunicação
1220e da difusão cultural; Ressaltou que na questão da formação cultural,
1221seria adequado utilizar os meios de comunicação, particularmente os
1222meios de ensino à distância; Relatou que nesse campo da formação
1223merecia uma observação mais detalhada, a fim de não ser apenas a
1224repetição da escola tradicional, da escola oficial e da formação
1225acadêmica. O Sr. **João Roberto Peixe** (Gerente/SAI) comentou que
1226está em discussão no Conselho a arquitetura e o marco legal do
1227Sistema; Enfatizou que para que o sistema seja efetivamente
1228federativo é necessária a participação dos pequenos municípios e
1229comentou que a menor cidade do Ceará criou um órgão gestor de
1230cultura; Enfatizou também que o vulto da organização cultural seria
1231determinado pela capacidade do município, mas era fundamental que
1232houvesse um órgão em todos os níveis governamentais para dialogar
1233com o Sistema; Ressaltou que a estrutura básica, como está
1234colocada, deve ser mantida, e que para constituir uma Comissão
1235bipartite, é preciso que haja uma descentralização da gestão cultural
1236nos estados e que os diversos municípios tenham os seus fóruns,
1237como já acontecem em vários estados do Brasil; Colocou ainda que
1238considera imperioso dar o passo fundamental de garantir a
1239institucionalização como política pública de cultura e como política de
1240estado no país e o Sistema é o instrumento para consolidar tudo isso.
1241O Sr. **Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial) sugeriu
1242que fosse feita uma referência aos consórcios municipais, pois estão
1243se generalizando em todo o país e ele considera uma representação

1244regional maior; Disse que acha que é até uma maneira de induzir a
1245formação desses consórcios dos pequenos municípios e que não tem
1246condição de ter uma Secretaria de Cultura. O Sr. **João Roberto**
1247**Peixe** (Gerente/SAI) respondeu que considera uma observação
1248importante feita pelo Sr. Paulo, por que inclusive a subchefia de
1249Assuntos Federativos, e que tem uma experiência grande em
1250consórcio, não tiveram condições de fazer dentro do documento a
1251inserção dessa questão, mas isso é um dos pontos que está faltando
1252no documento e que vai ser incorporado. A Sra. **Silvana Meirelles**
1253(Secretária/SAI) ressaltou que é importante a inserção dos pequenos
1254municípios nos debates culturais, mesmo que eles tenham uma
1255estrutura mínima de gestão cultural; Comentou que o Sistema
1256precisa adequar-se às restrições enfrentadas pelas realidades
1257políticas dos municípios, que nem sempre podem atender as
1258exigências estruturais de um órgão gestor de cultura; Ressaltou ainda
1259que o mesmo problema ocorre na formação de gestores, pois os
1260municípios têm dificuldade de cumprir exigências acadêmicas. O Sr.
1261**Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) comentou que, por
1262tudo que foi abordado, pode-se deduzir que, em linhas gerais, o
1263Sistema corresponde aos anseios do Conselho. A Sra. **Silvana**
1264**Meirelles** (Secretaria/SAI) sugeriu o prazo de 15 de julho para que
1265as sugestões apresentadas no Conselho sejam incluídas na proposta
1266que será levada ao Congresso. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-
1267Geral do CNPC) sugeriu que o prazo da próxima reunião ocorra entre
126810 e 12 de julho, para que assim já tivessem o posicionamento da
1269comissão temática; Alertou que a agenda do dia seguinte estava
1270bastante carregada e que seria necessário rigidez no cumprimento da
1271programação. A Sra. **Silvana Meirelles** (Secretaria/SAI) sugeriu que
1272o Conselho formulasse uma proposta de substitutivo da PEC 150 para
1273ser apresentada ao Congresso que seria elaborada por uma
1274comissão. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) apresentou o texto
1275que seria lido no dia seguinte no Congresso Nacional, em nome do

1276 Conselho; Informou que as contribuições ao documento poderiam ser
1277 enviadas com a referência completa até as 20h00. O Sr. **Marcelo**
1278 **Veiga** (Coordenação do CNPC) sem mais nada a tratar naquele
1279 momento, agradeceu a presença de todos e encerrou as atividades
1280 do 1º dia de reunião. **Pauta do dia 17/06/09 – Item 6)** Café da
1281 Manhã Frente Parlamentar de Cultura – Câmara dos Deputados;
1282 **Item 7)** Painel: “OSCIPs e Termos de Parceria”; **Item 8)** Termos De
1283 Parceria: Funarte e SAI; **Item 9)** Assinatura Acordo de Cooperação
1284 MINC/Ministério da Ciência e Tecnologia; **Item 10)**
1285 Encaminhamentos, Informes e Breves Comunicações. **Item 6) Café**
1286 **da Manhã Frente Parlamentar de Cultura:** Ao décimo sétimo dia
1287 do sexto mês do ano de dois mil e nove, pela manhã, foi realizado
1288 um painel no auditório da TV Câmara, no prédio do Congresso
1289 Nacional, sobre o tema “A cultura no centro da agenda do país”.
1290 Compuseram a mesa diretora o Sr. Juca Ferreira, Ministro da Cultura;
1291 o Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira; a Deputada Maria
1292 do Rosário; o Deputado Marco Maia; a Deputada Fátima Bezerra; o
1293 Deputado Marcelo Almeida; a Sra. Jandira Feghali, Secretária de
1294 Cultura do Estado do Rio de Janeiro; e o Sr. Ângelo Osvaldo de
1295 Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto. O foco do painel foi o conceito
1296 de que a cultura é um direito social do cidadão. O Sr. **Juca Ferreira**
1297 (Ministro da Cultura) fez uma exposição sobre as propostas de
1298 mudanças na Lei Rouanet; Comentou as incoerências da atual
1299 situação e apresentou alguns dados estatísticos com o auxílio de
1300 slides. O Sr. **Álvaro Santi** (Representante da Música Erudita)
1301 realizou uma apresentação sobre o CNPC, qual seja: “*O Conselho*
1302 *Nacional de Política Cultural - CNPC é um órgão colegiado integrante*
1303 *da estrutura básica do Ministério da Cultura e foi constituído a partir*
1304 *do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005. Tem como finalidade*
1305 *propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a*
1306 *articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade*
1307 *civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades*

1308culturais no território nacional, dentre outras competências. Instalado
1309em 19 de Dezembro de 2007, o CNPC representa um marco político
1310no processo de fortalecimento das instituições do Estado e de
1311participação social. Composição - Compõem o CNPC os seguintes
1312órgãos: 1. Plenário, 2. Colegiados Setoriais*, 3. Comissões
1313Temáticas, 4. Grupos de Trabalho, 5. Conferência Nacional de Cultura
1314O Plenário do CNPC é composto por 52 membros, dentre eles: I -
1315representantes do Poder Público Federal, Estadual e Municipal; II -
1316representantes dos segmentos artístico-culturais - Arquivos; Artes
1317Digitais; Artes Visuais; Audiovisual; Circo; Culturas Afro-Brasileiras;
1318Culturas dos Povos Indígenas; Culturas Populares; Dança; Inclusão
1319Social por intermédio da Cultura; Literatura, Livro e Leitura; Museus;
1320Música Erudita; Música Popular; Patrimônio Imaterial; Patrimônio
1321Material; e Teatro; III - representantes de entidades acadêmicas,
1322empresariais, fundações e institutos - Sistema S; Entidades de
1323Pesquisas; Grupo de Institutos Fundação e Empresas (GIFE);
1324Associação Nacional das Entidades Culturais Não-Lucrativas (ANEC);
1325Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de
1326Ensino Superior (ANDIFES); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
1327(IHGB); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); IV
1328- representantes de entidades de notório saber da área cultural
1329indicados pelo ministro da cultura. E ainda, representantes: da
1330Academia Brasileira de Letras (ABL), do Ministério Público Federal
1331(MPF), da Comissão de Educação, Cultura e Desporto do Senado
1332Federal e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos
1333Deputados. Competência do Plenário - O Plenário do CNPC possui
1334diversas competências, dentre elas: 1. Incentivar a participação
1335democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na
1336área cultural; 2. Estabelecer cooperação com os movimentos sociais,
1337organizações não-governamentais e o setor empresarial; 3.
1338Estabelecer as diretrizes gerais e fiscalizar a aplicação dos recursos
1339do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição

1340 regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do fazer
1341 cultural; 4. Acompanhar a execução do Plano Nacional de Cultura; 5.
1342 Propor e aprovar Planos Nacionais Setoriais em comum acordo com o
1343 Plano Nacional de Cultura; 6. Acompanhar a aplicação dos recursos
1344 do Fundo Nacional de Cultura. Colegiados Setoriais Os Colegiados
1345 Setoriais reúnem integrantes do governo e sociedade civil com
1346 representatividade nos diferentes segmentos da cultura e nas cinco
1347 regiões do país, como instâncias para a definição de políticas setoriais
1348 e de debate acerca das respectivas cadeias produtivas. Entre suas
1349 competências estão: 1. Promover o diálogo entre poder público,
1350 sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a
1351 economia da cultura e a circulação de idéias, de produtos e de
1352 serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das
1353 expressões culturais; 2. Propor e acompanhar estudos que permitam
1354 identificação e diagnósticos precisos das cadeias produtivas e
1355 criativas nos respectivos setores culturais; 3. Promover pactos
1356 setoriais que dinamizem as cadeias produtivas e criativas; 5. Auxiliar
1357 o CNPC em matérias relativas aos setores concernentes, respondendo
1358 às demandas do Plenário; 6. Incentivar a valorização das atividades e
1359 modalidades de exercício profissional vinculadas à cultura, além da
1360 formação de profissionais da área; 8. Elaborar Planos Nacionais
1361 Setoriais; 9. Apoiar o Sistema MinC na formulação das políticas
1362 públicas setoriais para as linguagens artísticas. Atualmente existem
1363 os Colegiados de Circo, Dança, Teatro, Música, Artes Visuais e Livro e
1364 Leitura. Estão constituídos também os Grupos de Trabalho de Moda,
1365 Cultura Indígena, Cultura Popular e Arte Digital. Conferência Nacional
1366 de Cultura - A Conferência Nacional de Cultura estabeleceu, com a
1367 participação da sociedade civil e governos federal, estaduais, distrital
1368 e municipais, um novo modelo de participação relacionado às
1369 políticas públicas de cultura e a construção de um canal democrático
1370 de comunicação. A I Conferência reuniu-se em Brasília, em dezembro
1371 de 2005 e contou com a participação de mais de mil representantes

1372das diversas áreas culturais e de todas as regiões do país. Foram
1373debatidos o Plano Nacional de Cultura e questões como gestão
1374pública da cultura, direitos e cidadania, economia da cultura e
1375patrimônio cultural. A II Conferência Nacional de Cultura será
1376integrada por representantes democraticamente escolhidos, terá
1377abrangência nacional e sua Plenária será realizada em Brasília, em
1378março de 2010. A sua realização será antecedida por etapas,
1379denominadas Conferências Municipais e/ou Intermunicipais,
1380Estaduais, Distrital e Pré-Conferências Setoriais de Cultura.
1381Atividades do CNPC - Ao longo de um ano e meio de funcionamento,
1382neste primeiro mandato, o Conselho Nacional de Políticas Culturais:
13831. Debateu, propôs emendas e aprovou as diretrizes do Plano
1384Nacional de Cultura, que atualmente tramita na Comissão de
1385Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; 2. Criou Grupos de
1386Trabalho referentes à reforma da Lei Rouanet, Relações Exteriores e
1387Comissão Temática do Plano Nacional de Cultura; 3. Constituiu os
1388Colegiados Setoriais de música, circo, dança, teatro, artes visuais e
1389livro e leitura; 4. Deu início aos debates sobre a constituição de
1390planos setoriais, para a articulação e consolidação das políticas
1391públicas de cada segmento; 5. Debateu, com a presença de Ministros
1392de Estado, as relações da cultura com a educação, a segurança
1393pública, a ciência e tecnologia, as relações internacionais e a
1394participação social. 6. Discutiu os seguintes temas de política cultural,
1395com a presença do Ministro de Estado da Cultura e Secretários
1396Nacionais: Sistema "S"; Direito Autoral; Incentivos Fiscais, Programa
1397Mais Cultura e Sistema Nacional de Cultura. Temas da cultura no
1398Congresso Nacional - Tramitam nesta casa, atualmente, um grande
1399número de matérias da maior relevância para a cultura brasileira: 1 -
1400PEC 236/2008, que propõe a inserção da cultura no rol dos direitos
1401sociais, no Art. 6 da Constituição Federal; 2 - PEC 416/2005, que
1402institui o Sistema Nacional de Cultura; 3 - PEC 150/2003, que destina
1403recursos à cultura com vinculação orçamentária; 4 - O PL 6.835, que

1404 *institui o Plano Nacional de Cultura, com base nas resoluções da I*
1405 *Conferência Nacional de Cultura; 5 - O PL, que regulamenta o Art.*
1406 *221 da Constituição Federal, estimulando a inserção de conteúdos*
1407 *regionais, populares e independentes no rádio e Televisão. Além*
1408 *destes, deverão ser enviados em breve ao Congresso Nacional*
1409 *Projetos de reforma da Lei Rouanet (8313/91) e da Lei de Direitos*
1410 *Autorais (9.610/98). Encontram-se, portanto, nas mãos do*
1411 *parlamento, decisões de grande alcance e responsabilidade para a*
1412 *consolidação de uma política cultural de Estado no Brasil, em*
1413 *benefício de toda a sociedade.”. O Sr. **Álvaro Santi** (Representante*
1414 *música Erudita) concluiu a apresentação e passou a palavra ao Sr.*
1415 *Daniel Sant’Ana. O Sr. **Daniel Sant’Ana** (Representante do Fórum*
1416 *Nacional de Secretários Estaduais de Cultura) discursou em nome do*
1417 *Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura, o painel foi*
1418 *transmitido ao vivo e gravado pela TV Câmara. No período da tarde,*
1419 *estavam presentes: Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenação do CNPC); Dr.*
1420 ***Cláudio Peret** (Consultor Jurídico do Ministério da Cultura); Sr.*
1421 ***Roberto Nascimento** (Ministério da Cultura); Sra. **Silvana***
1422 ***Meireles** (Ministério da Cultura); Sra. **Myriam Lewin** (FUNARTE). E*
1423 *os (as) conselheiros (as): Sr. **Alfredo Manevy** (Secretário Executivo*
1424 *do Ministério da Cultura); Sra. **Alice Viveiros de Castro***
1425 *(Representante do circo); Sr. **Álvaro Santi** (Representante da*
1426 *música erudita); Sr. **Bruno Monteiro** (Representante das artes*
1427 *visuais); Sr. **César Piva** (Representante da inclusão social por*
1428 *intermédio da cultura); Sr. **Daniel Sant’Ana** (Representante do*
1429 *Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura); Sr. **Du***
1430 ***Oliveira** (Representante da música popular); Sra. **Dulce Lamego***
1431 ***Silva** (Representante da dança); Sr. **Francisco Auto Filho,***
1432 *(Representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes*
1433 *Estaduais de Cultura); Sr. **Genival Oliveira Gonçalves - GOG,***
1434 *(Indicação do Ministro); Sr. **José Almínio de Alencar***
1435 *(Representante do Ministério da Cultura); Sra. **Juliana Borges***

1436(Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
1437Fome); Sr. **Maurício Fernando Pestana** (Representante das
1438culturas afro-brasileiras); Sr. **Mário Noberto Balbich** (Indicação do
1439Ministro); Sr. **Mário Olímpio** (Representante da Frente Nacional de
1440Prefeitos); Sr. **Michel Etlin** (Representante da Associação Nacional
1441de Entidades Culturais); Sr. **Oséas Borba Neto** (Representante do
1442teatro); Sr. **Osvaldo Viegas** (Representante do Fórum Nacional de
1443Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura); Sra. **Patrícia Canetti**
1444(Representante das artes digitais); Sra. **Paula Simon Ribeiro**
1445(Representante das culturas populares); Sr. **Paulo Ormino de**
1446**Azevedo** (Representante do patrimônio imaterial); Dra. **Sandra**
1447**Verônica Cureau** (Representante do Ministério Público Federal); Sra.
1448**Silvana Meireles** (Representante do Ministério da Cultura); Sra.
1449**Solange Lima** (Representante do audiovisual); Sr. **Victorino**
1450**Chermont de Miranda** (Representante do Instituto Histórico e
1451Geográfico Brasileiro); e Sr. **Zulu Araújo** (Representante do
1452Ministério da Cultura). Dando início aos trabalhos o Sr. **Gustavo**
1453**Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) cumprimentou a todos e
1454declarou aberta a sessão; Saudou a presença da Sra. Francisca
1455(Representante do Conselho Estadual de Cultura do Piauí); Informou
1456que no dia seguinte haveria uma reunião muito importante dos
1457presidentes dos conselhos estaduais e dos secretários estaduais para
1458discutir a Lei Rouanet, que contaria com a presença do Ministro Juca
1459Ferreira (Ministério da Cultura) e do Ministro Sérgio Rezende
1460(Ministério de Ciência e Tecnologia). **Item 7) Painel: "Oscips e**
1461**Termos de Parceria"**: Dando seguimento a pauta, o Sr. **Gustavo**
1462**Vidigal** informou que o Dr. **Cláudio Peret** (Consultor Jurídico do
1463Ministério da Cultura) apresentaria um painel que havia sido
1464reivindicado pelos conselheiros sobre termos de parcerias, as
1465competências e atribuições do Conselho na emissão de pareceres
1466sobre políticas públicas de cultura. O Dr. **Cláudio Peret** (Consultor
1467Jurídico do Ministério da Cultura) agradeceu o convite e iniciou sua

1468participação dizendo que há uma previsão legal específica sobre essa
1469relação com o Conselho, e que o objetivo era apresentar alguns
1470elementos básicos sobre essa relação, qual a responsabilidade do
1471Conselho nesse particular, e depois colocar-se à disposição para
1472eventuais debates; Informou que a criação das OSCIPs tem por
1473objeto a quebra do formalismo e o foco no resultado, e a criação do
1474termo de parceria imprime uma maior agilidade gerencial aos
1475projetos e gera condições para realização do controle dos resultados,
1476com garantias para que os recursos estatais sejam utilizados de
1477acordo com os fins públicos; Relatou que há uma ênfase excessiva do
1478controle existente das atividades para obtenção de acesso aos
1479benefícios governamentais e formalização de convênios em
1480detrimento de critérios de avaliação de resultados; Considerou que os
1481países considerados avançados adotam, de uma maneira geral, um
1482controle centrado mais em uma avaliação de resultado do que em um
1483emaranhado de normas e exigências burocráticas, que ao final além
1484de não impedirem a ocorrência de regularidade, contribuem para a
1485ineficiência da administração pública, e por tabela da economia;
1486Informou que a Lei 9790 diz exatamente o seguinte: Artigo 10,
1487Parágrafo 1º: *A celebração do termo de parceria será precedida de*
1488*consulta aos Conselhos de políticas públicas das áreas*
1489*correspondentes, de atuação existentes, nos respectivos níveis de*
1490*governo*; explicou que essa Lei é regulamentada pelo decreto nº
14913100, que regulamenta a consulta diz que: *"Para efeito da consulta*
1492*mencionada na Lei, o modelo, ao que se refere a Lei, deverá ser*
1493*preenchido e remetido ao Conselho de política pública competente"*;
1494Relatou que isso consolida o caráter consultivo do Conselho, mas ao
1495mesmo tempo o espírito menos burocrático, com mais efetividade e
1496eficácia, que estaria em torno das normas dessa parceria pública. Ele
1497mencionou que como todo órgão consultivo, a Consultoria Jurídica
1498também sugeriu e recomendou diversas providências, diligências, e
1499se colocaram contrários, eventualmente, a alguma formalização, mas

1500o gestor público tem a total liberdade para divergir dessa opinião, por
1501serem um Órgão consultivo, e não são última instância para
1502decidirem pela realização de um convênio, de uma contratação, mas
1503lembrou que o gestor que tomar uma decisão contrária àquela
1504consulta que lhe foi destinada, estará fazendo agindo por conta e
1505risco própria; Ressaltou ainda que se esse gestor o faz de forma
1506convergente com a consulta que lhe é destinada, ele estará agindo
1507com muito mais respaldo no caso da consultoria jurídica e no caso do
1508Conselho de Políticas Públicas, um respaldo político. O Sr. **Francisco**
1509**Auto Filho** (Representante do Fórum Nacional de Secretários e
1510Dirigentes Estaduais de Cultura) chamou a atenção para o fato de o
1511Conselho ter, por determinação da Lei que regularia o funcionamento
1512dos conselhos de políticas públicas, o papel fiscalizador e solicitou que
1513fosse feita a leitura do art. 11 para esclarecimento de todos. O Sr.
1514**César Piva** (Representante da inclusão social por intermédio da
1515cultura) comentou que é muito importante os conselheiros
1516conhecerem os aspectos legais do funcionamento dos conselhos, bem
1517como as diferenças de legislação que enquadrariam as Organizações
1518Sociais (OS), as OSCIPs e as ONGs, para que melhor pudessem
1519analisar as parcerias propostas entre as organizações do terceiro
1520setor. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC)
1521comentou que a nova Lei Rouanet previa a criação de fundos setoriais
1522e ressaltou que quem faria a gestão das políticas públicas serão os
1523conselhos, mas que as propostas de parcerias deveriam passar
1524primeiro pela Consultoria Jurídica para amparar o aspecto fiscalizador
1525do Conselho. O Sr. **Zulu Araújo** (Representante do Ministério da
1526Cultura) comentou que à medida em que se ampliava o papel do
1527Conselho, deveriam também ser ampliadas suas condições de
1528trabalho, para que eles exercitassem o poder que lhes era atribuído;
1529Sugeriu que esse assunto fosse incluído em pauta para debate no
1530Conselho. O Sr. **Francisco Auto Filho** (Representante do Fórum
1531Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura) destacou a

1532responsabilidade legal que o Conselho teria sobre os pareceres que
1533emitisse, podendo, em consequência, ser responsabilizado
1534criminalmente. A Sra. **Sandra Verônica Cureau** (Representante do
1535Ministério Público Federal) esclareceu que a manifestação do
1536Conselho era apenas opinativa, e que a responsabilidade legal sobre
1537as decisões recaía sobre o Ministério da Cultura; Comentou que
1538quando o Conselho precisasse manifestar-se sobre o assunto que não
1539fosse de domínio dos conselheiros, eles poderiam solicitar o auxílio de
1540peritos. A Sra. **Solange Lima** (Representante do Audiovisual)
1541comentou sua preocupação com o fato de uma única OSCIP poder
1542assinar vários convênios e receber vultosos recursos; Enfatizou que
1543esse procedimento poderia trazer questionamentos aos conselheiros
1544por parte das categorias que representassem e que nem sempre
1545seriam contempladas. A Sra. **Patrícia Canetti** (Representante das
1546Artes Digitais) comentou que o Conselho deveria desempenhar
1547preferencialmente seu papel de elo entre o governo e a sociedade,
1548mas que estaria dedicando mais tempo aos procedimentos do que
1549propriamente à sua atividade fim. O Sr. **Álvaro Santi** (Representante
1550da Música Erudita) propôs dois encaminhamentos: que fossem
1551estabelecidas as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do
1552Fundo Nacional de Cultura e que a comissão temática apresentasse
1553ao plenário uma proposta de inclusão no regimento do Conselho de
1554um procedimento de análise de termos de parceria. O Sr. **Marcelo**
1555**Veiga** (Coordenação do CNPC) propôs que fosse elaborada no próprio
1556Ministério da Cultura uma resolução contendo todo o procedimento
1557relativo às parcerias, com base na Lei e no Decreto; Sugeriu que
1558fosse enviada inicialmente aos membros da comissão para que
1559propusessem alguma modificação e, posteriormente, fosse
1560encaminhada ao Conselho. O Sr. **Daniel Sant'Ana** (Representante
1561do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura) expôs sua
1562idéia sobre o tipo de fiscalização que deveria ser exercido pelo
1563Conselho, basicamente voltado para resultados. O Sr. **Victorino**

1564**Chermont de Miranda** (Representante do Instituto Histórico e
1565Geográfico Brasileiro) manifestou sua dúvida sobre como se
1566processaria a fiscalização quanto à análise das exigências
1567estabelecidas para a aprovação das parcerias. O Sr. **Michel Etlin**
1568(Representante da Associação Nacional de Entidades Culturais)
1569questionou se todas as OSCIPs existentes passaram pela aprovação
1570do Conselho. O Sr. **Álvaro Santi** (Representante da Música Erudita)
1571sugeriu que os pareceres técnicos oriundos do Ministério da Cultura
1572deveriam abordar a legalidade das propostas que seriam avaliadas. O
1573Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) comentou que o
1574Conselho estava se capacitando para analisar procedimentos cada vez
1575mais complexos; Enfatizou que seu papel seria fundamental, não
1576somente na análise das diretrizes do Fundo, mas também nos rumos
1577das políticas de financiamento mais amplos do Ministério da Cultura.
1578**Item 8) Termos De Parceria: Funarte e SAI:** O Sr. **César Piva**
1579(Representante da Inclusão Social por Intermédio da Cultura) iniciou
1580a leitura do relatório sobre os quatro planos de trabalho analisados
1581pela Comissão Temática de Assuntos Técnicos, dois da FUNARTE e
1582dois da Secretaria de Articulação Institucional; Informou que o
1583primeiro deles seria o Prêmio FUNARTE Arte na Rua. A Sra. **Myriam**
1584**Lewin** (Diretora da FUNARTE) explicou que o valor total era de 2
1585milhões, eram recursos orçamentários e desses 2 milhões,
1586praticamente 90% dos recursos estavam alocados em prêmios a
1587serem recebidos através de um edital público que a FUNARTE abria
1588através da sabedoria que ela tem, ela não delegava esse
1589conhecimento que ela teria a OSCIP, a OSCIP era o Instituto Sérgio
1590Magnani, e essa era a primeira vez que eles trabalhariam com essa
1591OSCIP de Minas Gerais, que vinha trabalhando com o Palácio das
1592Artes com muito sucesso, eles tinham uma certa preocupação em
1593diversificar um pouco a OSCIP; Colocou que eles trabalhavam
1594preferencialmente com a Fundação Athos Bulcão, e tinham todas as
1595informações, ela era credenciada a fazer esse projeto que era dividido

1596em três tipos de prêmios, eram 34 prêmios no valor de 20 mil, 16
1597prêmios no valor de 40 mil e 10 prêmios no valor de 50 mil, e o
1598grande benefício que esse edital traria era porque o acesso aos
1599resultados seriam gratuitos, porque eram espetáculos na rua, ela
1600criaria novos públicos, possibilitaria a interação do público com novas
1601linguagens e, tirando os prêmios, o resto dos recursos estavam
1602alocados na Comissão Técnica ou na Comissão de Seleção, que faria
1603o julgamento, que era escolhida fora dos quadros da FUNARTE, que,
1604por sua vez, só coordenaria os trabalhos e a divulgação do edital,
1605através de peças gráficas; Explicou que quando a FUNARTE decidia
1606fazer uma parceria com uma OSCIP, tinha um processo próprio na
1607FUNARTE, um parecer da procuradoria, um parecer sobre a
1608instituição que seria contratada; Frisou que quando fazem parceria
1609com OSCIP, fazem administração financeira, através da OSCIP, mas
1610não perderam a técnica, que é o grande ganho que a FUNARTE
1611poderia dar e iriam com o processo administrativo até o empenho
1612porque eles poderiam voltar atrás, mas o termo de parceria não é
1613assinado, e não abriam o edital enquanto o Conselho não se
1614pronunciasse e das próximas vezes poderiam trazer o processo e
1615saber que tipo de documento tornaria o procedimento mais
1616confortável naquela decisão. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-
1617Geral do CNPC) submeteu o relatório da Comissão relativo a esse
1618projeto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade pelo
1619Conselho. O Sr. **César Piva** (Representante da inclusão social por
1620intermédio da cultura) apresentou o segundo projeto da FUNARTE,
1621intitulado Artes Visuais. A Sra. **Myriam Lewin** (Diretora da
1622FUNARTE) explicou o conceito, os valores e as parcerias relativas ao
1623projeto e que esse era um projeto menor, de 900 mil reais, mas era o
16246º ano que a FUNARTE vinha fazendo a Rede Artes Visuais, mas era a
1625primeira vez que o faziam através de editais e não através de
1626Procuradoria, seriam 37 prêmios, nesse caso ainda estavam
1627trabalhando no edital e também ele estava concentrado pelo

1628orçamento, nos prêmios de 900 mil, 800 mil estão em prêmios e o
1629resto seria dividido entre a Comissão e o acompanhamento das
1630atividades da rede e o valor dos prêmios ainda não estava definido
1631porque o edital ainda não estava pronto. O Sr. **Gustavo Vidigal**
1632(Coordenador-Geral do CNPC) submeteu à votação o parecer relativo
1633a esse projeto, o qual foi aprovado por unanimidade pelo plenário. A
1634Sra. **Dulce Lamego Silva** (Representante da dança) questionou o
1635fato de alguns projetos serem chamados de prêmio, quando na
1636verdade não eram. A Sra. **Patrícia Canetti** (Representante das artes
1637digitais) alertou para o fato de que o site da Fundação Athos Bulcão,
1638parceira da FUNARTE no projeto Artes Visuais, não estava cumprindo
1639a determinação legal de tornar pública essa parceria. O Sr. **Gustavo**
1640**Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) submeteu à votação o parecer
1641da comissão, relativo ao projeto em questão, o qual foi aprovado sem
1642ressalvas. O Sr. **César Piva** (Representante da inclusão social por
1643intermédio da cultura) apresentou o terceiro projeto, um sistema de
1644acompanhamento, andamento e evolução do programa Mais Cultura.
1645A Sra. **Silvana Meireles** (Representante do Ministério da Cultura)
1646explicou que o valor do projeto era de R\$ 1.577.588,86 e seria
1647dividido, havia um cronograma de três etapas, duas para serem
1648cumpridas em 2009, e a última para ser cumprida em 2010, o termo
1649de parceria era para montar o sistema de acompanhamento e
1650monitoramento das ações do Programa Mais Cultura, que era algo
1651necessário para coordenação, para os Estados e para transparência
1652dos dados do "Mais Cultura", sobretudo por conta da descentralização
1653que estava sendo feita nesse programa, para estados e municípios, e
1654pela escala do programa; Informou que a OSCIP era a SOFTEX,
1655situada em Recife, uma grande empresa, que tinha no Brasil 20
1656núcleos atuando desde 1994 em vários estados brasileiros e tinha
1657esperteza nessa área de software, integrava um Conselho
1658deliberativo, inclusive, da UFPE, do Governo do Estado de
1659Pernambuco, da Prefeitura de Recife, do FIEP, de um Instituto de

1660excelência na área de tecnologia da informação, e ainda estava na
1661representação das empresas associadas, que eram 50 empresas,
1662todas com projetos de desenvolvimento, de software para
1663exportação, era uma OSCIP que tinha convênios, contratos e termos
1664de parceria firmados com a Secretaria de Direitos Humanos,
1665Petrobrás, Ministério da Ciência e Tecnologia desde 2007, e contrato
1666com a Superintendência da Receita Federal, convênio com a FNEP
1667desde 2006 e com o SEBRAE. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-
1668Geral do CNPC) colocou a matéria para apreciação do Conselho, o
1669qual foi aprovado o relatório do projeto por unanimidade. O Sr.
1670**César Piva** (Representante da inclusão social por intermédio da
1671cultura) apresentou o quarto projeto, um plano de estruturação e
1672acompanhamento da 2ª Conferência Nacional de Cultura. A Sra.
1673**Silvana Meireles** (Representante do Ministério da Cultura) explicou
1674a proposta, que seria aprovada, para ficar responsável junto com o
1675Ministério, para execução, metodologia, pela publicação dos anais,
1676seu valor era de R\$ 953.618,00 e a OSCIP era a NASCE, situada em
1677Brasília, existente desde 2002, e a escolha dela havia se dado pelo
1678foco que ela teria no desempenho de trabalhos ligados a Conferências
1679Nacionais, e foi responsável pela 8ª Conferência Nacional de Direitos
1680da Criança e do Adolescente, pela 1ª e 2ª Conferência da Pessoa com
1681Deficiência, pela 5ª Conferência distrital dos Direitos da Criança e do
1682Adolescente, pela 2ª Conferência Nacional da Pessoa Idosa, pelo 1º e
16832º Encontro Nacional de Conselheiros Titulares, pela 1ª e 2ª Oficina
1684Nacional sobre o Adolescente Aprendiz, oficinas sobre crianças
1685indígenas, e sobre o planejamento estratégico de Conselhos dos
1686direitos, do CONANDA, CONAF, CDCA, vários Conselhos Nacionais, do
1687Distrito Federal e do Piauí, era uma OSCIP que tinha esperteza no
1688tema que estariam fazendo a parceria, e quanto a recomendação do
1689Conselho, evidentemente que o Conselho era parte integrante do
1690Comitê, porque a Conferência era parte integrante do Conselho,
1691então logo em breve estariam convocando reunião com o Comitê e

1692estavam aguardando a convocação do Presidente da República, que
1693era quem iria convocar a Conferência por decreto, o Ministro pode
1694convocar a Conferência, mas ponderaram que daria mais força a essa
1695convocação se fosse feito pelo Presidente da República, então isso
1696estaria tramitando na Presidência, e essa convocação logo seria
1697publicada no Diário Oficial, assim que fosse publicado seria convocada
1698a reunião do Comitê, do qual esse Conselho fazia parte. O Sr. **Paulo**
1699**Ormino de Azevedo** (Representante do patrimônio imaterial)
1700comentou que havia muitas OSCIPs que atuavam como prestadoras
1701de serviço, o que, a seu ver, não era a atividade fim dessas
1702organizações. A Sra. **Silvana Meireles** (Representante do Ministério
1703da Cultura) lembrou que a criação de uma OSCIP tinha de ser
1704autorizada pelo Ministério da Justiça; Explicou que as OSCIPs eram
1705sujeitas ao acompanhamento do Ministério da Justiça e do Tribunal de
1706Contas da União. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do
1707CNPC) submeteu à votação o parecer sobre a quarta proposta
1708apresentada, a qual foi aprovada por unanimidade. O Sr. **Oswaldo**
1709**Viegas** (Representante do Fórum Nacional de Secretários e
1710Dirigentes Estaduais de Cultura) sugeriu que antes de serem
1711submetidos à votação os processos fossem apresentados aos
1712conselheiros com todos os dados técnicos necessários a uma
1713avaliação que lhes permitissem sanar todas as dúvidas. **Item 9)**
1714**Assinatura Acordo de Cooperação MINC/Ministério da Ciência**
1715**e Tecnologia:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC)
1716declarou a chegada do Sr. Juca Ferreira (Ministro da Cultura), do Sr.
1717Sérgio Resende (Ministro da Ciência e Tecnologia), do Sr. José Luiz
1718Herência (Secretário de Políticas Culturais), do Sr. Carlos Magalhães
1719(Secretário de Audiovisual), do Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias
1720(Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia), e do Sr.
1721Alfredo Manevy (Secretário Executivo do Ministério da Cultura);
1722Assim sendo, anunciou a assinatura do acordo de cooperação entre o
1723MinC e o MCT. O Sr. **José Luiz Herência** fez uma exposição sobre os

1724termos do acordo de cooperação técnica entre os dois ministérios. O
1725Sr. **Carlos Magalhães** apresentou um vídeo sobre o projeto de
1726recuperação de som e imagem conduzido pelo acervo histórico da
1727Cinemateca Brasileira e pelo Centro Técnico Áudio-Visual (CTAV).
1728Deu-se realizada a assinatura do acordo de cooperação entre o
1729Ministério da Cultura e o MCT. O **Exmo. Sr. Ministro Juca Ferreira**
1730(Ministério da Cultura) deu boa tarde a todos os presentes e informou
1731que pela primeira vez não estava presente na reunião, mas por
1732motivos de força maior no que tange a agenda da Cultura brasileira;
1733Saudou o Sr. Ministro Sérgio Rezende e frisou a alegria de tê-lo no
1734CNPC; Reiterou que havia sido o Sr. Luiz Antônio Elias o articulador
1735daquela parceria; Explicou que além daquela possibilidade, essa
1736proximidade conceitual e pela estima que tinha pelo Ministério da
1737Ciência e Tecnologia, pelo trabalho que o Ministro vinha fazendo, que
1738estavam desenvolvendo para o Ministério da Cultura, o embasamento
1739tecnológico da cultura em todas as suas áreas, desenvolvendo
1740institucionalmente a cultura, criando um arcabouço legal, que daria
1741sustentação a um projeto de uma consistência muito maior do que a
1742que eles haviam encontrado, pois a cultura era tratada de uma
1743maneira simplória, como algo supérfluo, secundário, e eles estavam
1744trabalhando em uma visão de política pública e de uma função do
1745estado diante do provimento das condições necessárias para o
1746desenvolvimento cultural do povo brasileiro, não só porque era uma
1747necessidade humana básica, mas também porque não poderia haver
1748projeto de nação que se sustentasse sem um projeto cultural sólido e
1749consistente; Reiterou que com o projeto cultural, eles tinham uma
1750familiaridade e uma transversalidade com o Ministério da Educação,
1751por exemplo, com o Ministério da Justiça, em outro aspecto, mas com
1752o Ministério da Ciência e Tecnologia era fundamental; Lembrou da
1753demonstração que havia ocorrido mais cedo na área do audiovisual, e
1754se quisessem manter-se na área do audiovisual, demandariam um
1755aporte de base tecnológica, de modernização, como uma Instituição

1756que havia tido apoio para a produção de audiovisual brasileiro, que
1757havia sido fruto de um convênio com os canadenses, que teria uma
1758base importante, mas que estaria esgotando uma etapa dessa
1759Instituição, e ela precisava se renovar, principalmente que
1760capacitasse esse centro com uma base tecnológica mais sólida;
1761Colocou que 90% dos municípios brasileiros não tinham um cinema
1762sequer, que era preciso pensar na tecnologia digital; Explicou que se
1763quisessem pensar na área do audiovisual, em uma contribuição
1764tecnológica, como a animação, se quisessem que o Brasil fosse um
1765grande produtor de animação no mundo, evidentemente eles
1766precisariam desenvolver uma base de software para dar sustentação
1767ao audiovisual brasileiro e essa parceria, essa proximidade com o
1768Ministério da Ciência e Tecnologia era muito importante para a
1769Cultura, dentre outros exemplos como a digitalização das bibliotecas,
1770em qualquer área que fosse pensada em termos de produção cultural,
1771havia a demanda por acesso à tecnologia, desenvolvimento
1772tecnológico e utilização da tecnologia tanto na infra-estrutura como,
1773muitas vezes e cada vez mais, na área da própria criação e da própria
1774linguagem; Frisou que a aproximação com o Ministério da Ciência e
1775Tecnologia estava dando frutos não só nesse aspecto; Ressaltou a
1776proximidade conceitual que havia entre os Ministérios e considerou
1777como um dos Ministérios que estava marcando a singularidade do
1778Governo Lula, e achava que estava dentro desse campo, dos que
1779faziam parte da essência da proposta do Governo Lula, e exemplificou
1780que toda formatação e modernização da Lei Rouanet passava pela
1781idéia de fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, e depois de
1782terem estudado vários Fundos no mundo, haviam percebido que o
1783Fundo de Ciência e Tecnologia é extremamente moderno,
1784contemporâneo e muito adaptado à situação da Cultura, no que tange
1785ao modelo de gestão, porque era um modelo de gestão que iria
1786permitir ao mesmo tempo o controle social, participação dos
1787segmentos na definição das prioridades e na avaliação dos projetos

1788apresentados e garantia a dimensão pública do Fundo, que iria se
1789tornar o principal instrumento de fomento e incentivo a cultura;
1790Agradeceu mais uma vez a presença do Ministro de Ciência e
1791Tecnologia e reiterou a importância de sua presença naquele
1792momento pois eles haviam optado por um Conselho, não só de
1793pessoas proeminentes em suas áreas, mas de pessoas que estariam
1794contribuindo para essa modernização da política cultural do Brasil,
1795tanto na parte da representação da sociedade, como na parte da
1796representação oficial dentro daquele Conselho; parabenizou o
1797Ministro Sérgio Rezende e agradeceu a parceria que eles estavam
1798constituindo, agradeceu também o Secretário Executivo Sr. Luiz
1799Antonio Elias que foi quem havia deflagrado o processo de construção
1800daquela ação. O **Exmo. Sr. Ministro Sérgio Rezende** (Ministério de
1801Ciência e Tecnologia) iniciou sua fala dando boa tarde aos membros
1802do conselho, especialmente ao Ministro Juca Ferreira, e aos
1803Secretários Executivos, Sr. Alfredo Manevy, e o Sr. Luiz Antonio Elias;
1804Reiterou a importância da presença do Ministro Juca Ferreira,
1805Secretários e Diretores do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o
1806Secretário Joe Vale, o Professor Ildeu de Castro, que era o
1807Representante no Conselho, e que dirigia um departamento de
1808popularização da Ciência e melhoria do ensino nas ciências, e que
1809estava tomando muitas iniciativas nesta áreas, entre elas uma
1810iniciativa na área de museus de ciências e frisou a satisfação do
1811Ministério por estar formalizando a parceria; Informou a presença do
1812Sr. Mário Baibich (Sub-secretário da Secretaria de Política e
1813Desenvolvimento), Diretor e Coordenador do programa de nano
1814tecnologia do Ministério; Colocou que a medida em que
1815desenvolvessem políticas públicas para fazer com que essas atividade
1816sejam apoiadas, de uma maneira clara e mais democrática; Ressaltou
1817que eles estavam fazendo isso na Ciência e Tecnologia, e o Ministério
1818da Cultura estava conseguindo fazer, estava buscando caminhos para
1819aprofundar isso e reiterou que poderiam contribuir de várias

1820maneiras, além da Rede Nacional de Pesquisas, eles tinham uma
1821Rede de Pesquisa e Tecnologia Digitais, e essa Rede teria grupos de
1822pesquisa atuando em diversas frentes e certamente suas aplicações
1823para as diversas áreas culturais poderiam ser aprofundadas a partir
1824da ampliação da cooperação que tinham, além disso, como havia sido
1825mencionado pelo Sr. José Luiz Herência, uma interação em diversos
1826outros campos e tinham alguns que queriam aprofundar; Considerou
1827que era importante que os pontos de cultura, que estavam
1828espalhados no Brasil, tivessem uma articulação maior com os Tele
1829Centros e com as Casas Brasil, que seria um programa que ainda não
1830havia sido implantado na dimensão que foi visualizado porque havia
1831muita dificuldade, além de muitos Ministérios envolvidos, esse
1832programa de Casa Brasil finalmente estava sob a responsabilidade do
1833Ministério da Ciência e Tecnologia, na responsabilidade do Secretário
1834de Ciência e Tecnologia para inclusão social, Sr. Joe Vale; Lembrou
1835que antes esse Ministério tinha sua ação quase que restrita às
1836Universidades, a centros de pesquisa, e essa ação se ampliou;
1837Colocou também outro ponto em comum, onde os dois Ministérios
1838estariam preparando Conferências Nacionais, que iriam realizar-se
1839em 2010, a Conferência Nacional de Cultura no mês de março e a
1840Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no mês de
1841maio, e elas iriam permitir que eles fizessem uma discussão ampla
1842com a sociedade sobre as políticas dos Ministérios, e que tivessem
1843propostas políticas e planos para os anos seguintes; Frisou a
1844importância da incumbência do Presidente Lula de deixar uma
1845proposta para o plano de Ciência, Tecnologia e Inovação, para o
1846Governo que viesse depois e que estavam tendo sucesso na criação
1847de planos e propostas de outros planos, e essas propostas seriam
1848políticas de estado e não de governo; Agradeceu ao Sr. Ministro de
1849Cultura Juca Ferreira pela oportunidade e agradeceu aos Srs.
1850Secretários Executivos que haviam trabalhado o acordo, as outras
1851pessoas dos Ministérios, e colocou que não era apenas o ponto de

1852partida, era um documento que reafirmava a intenção de aprofundar
1853a cooperação. O **Exmo. Sr. Ministro Juca Ferreira** (Ministério da
1854Cultura) informou que teria que se retirar e então passou a palavra
1855aos conselheiros. O Sr. **Daniel Sant'Ana** (Representante do Fórum
1856Nacional de Secretários Estaduais de Cultura) comentou que a
1857parceria entre os ministérios poderia se estender no momento em
1858que o Ministério da Cultura avançava bastante na formação do
1859Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais. O Sr.
1860**César Piva** (Representante da inclusão social por intermédio da
1861cultura) comentou a importância da realização, em breve, do Fórum
1862de Cultura Digital, que debateria Cultura, Comunicação,
1863Conhecimento, Ciência, Cidade, Cidadania, Ciberespaço e Tecnologia.
1864O Sr. **Luiz Antonio Elias** (Secretário Executivo – Ministério da
1865Ciência e Tecnologia) comentou a importância da integração entre a
1866Ciência e a Cultura, destacando a necessidade de as políticas públicas
1867que possibilitam essa cooperação se transformarem realmente em
1868políticas de Estado para que perdurem independentemente do
1869governo que assuma o poder. O Sr. **Alfredo Manevy** (Secretário
1870Executivo – Ministério da Cultura) comentou que os dois ministérios
1871desenvolveram um grande esforço de cooperação para agilizar a
1872integração da ciência com a cultura, minimizando a burocracia, de tal
1873forma que boa parte das ações assinadas e compartilhadas já estaria
1874em curso, tais como a cinemateca, o banco de conteúdo e a semana
1875de museus. **Item 10) Encaminhamentos, Informes e Breves**
1876**Comunicações:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do
1877CNPC) colocou em discussão o adiamento do prazo final para
1878realização das conferências municipais de cultura, que passaria de 30
1879de setembro para 31 de outubro de 2009, bem como do prazo de
1880convocação para as conferências estaduais, que passaria de 15 de
1881outubro para 31 do mesmo mês, estando todos suficientemente
1882esclarecidos foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade;
1883Passou à votação das moções, sendo a primeira, de aplauso ao

1884 Festival Infantil de Teatro e Dança que era realizado no estado de
1885 Pernambuco há sete anos; A moção foi aprovada pelo plenário;
1886 Dando continuidade colocou em votação a segunda moção, que
1887 apoiava os profissionais de dança na luta contra a ingerência indevida
1888 do Conselho Federal de Educação Física, a qual teve aprovação pelo
1889 conselho e seria encaminhada aos representantes da Câmara e do
1890 Senado; Seguindo, colocou em discussão a Resolução que
1891 determinava que o Ministério da Cultura elaborasse propostas de
1892 diretrizes para aplicação de recursos do Fundo Nacional de Cultura,
1893 no que concerne à sua distribuição regional, a qual foi aprovada pelo
1894 plenário sem ressalvas; Continuando a apreciação, colocou em
1895 discussão a proposta de criação de um grupo de trabalho "A Cidade
1896 Como Cultura", proposta aprovada pelo plenário do Conselho; Em
1897 seguida, colocou em discussão um pedido encaminhado pelo
1898 conselheiro Sr. Paulo Ormino com relação à pauta do Grupo de
1899 Trabalho de Relações Internacionais e informou que o pedido seria
1900 encaminhado diretamente ao GT; Após isso colocou em discussão a
1901 montagem da comissão temática do Sistema Nacional de Cultura, que
1902 seria composta por cinco membros: um do Ministério, um do estado,
1903 um do município e dois da sociedade civil; anunciou a composição da
1904 comissão, qual seja: Sr. Mário Olímpio, titular, e seu suplente, Sr.
1905 Ignácio Kornowski; Sr. Daniel Sant'Ana, titular, e seu suplente, Sr.
1906 Osvaldo Viegas; Sra. Silvana Meireles, titular, e seu suplente Sr.
1907 Sílvio Da-Rin; Sra. Rosa Coimbra, titular, e seu suplente, Sr. Du
1908 Oliveira; e Sr. César Piva, titular, e seu suplente, Sr. Álvaro Santi. O
1909 Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) alertou que até a
1910 próxima reunião do Conselho seriam realizadas as reuniões dos
1911 Grupos de Trabalho de Relações Exteriores, da Comissão Temática do
1912 Sistema Nacional de Cultura, do Grupo de Trabalho da Lei Rouanet,
1913 do Grupo de Trabalho de Acervos, e ainda do Grupo de Trabalho que
1914 dará origem à Arte Digital; Enfatizou que até o mês de agosto haverá
1915 reuniões de quatro grupos de trabalho e de uma comissão, além da

1916Comissão do Plano Nacional de Cultura. Cumprida a pauta daquela
1917tarde, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC)
1918parabenizou e agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
1919reunião.